



PLANO DE CONTINGÊNCIA 2023 - 2024



OLINDA
PREFEITURA MUNICIPAL

EM RITMO FORTE, RUMO AO FUTURO

PLANO DE CONTINGÊNCIA:

DE RESPOSTA À DESASTRE E SITUAÇÕES EMERGENCIAIS - 2023/2024

LUPÉRCIO CARLOS DO NASCIMENTO

VICE – PREFEITO
MÁRCIO BOTELHO

SECRETARIA DE GOVERNO
EVANDRO AVELAR

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RAFAEL CARNEIRO LEÃO

SECRETARIA DA FAZENDA
MIRELLA ALMEIDA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO;
LUCIANO BRASILEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDILENE SOARES

SECRETARIA DE ESPORTES E JUVENTUDE
SERGIO SANTOS

SECRETARIA DE SAÚDE
LUCIANA LOPES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
PAULO ROBERTO DE SOUZA SILVA

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
GABRIELA CAMPELO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
MARIA DO CARMO

SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ
CORONEL PMRR PEREIRA NETO

SECRETARIA DE OBRAS
CARLOS SAMPAIO

SECRETARIA DE GESTÃO URBANA
MARCONI MADRUGA

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO
POLYANA MONTEIRO

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
CORONEL PMRR MAXWELL BEHAR

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
PATRICIA CUNHA

SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA CIVIL
VALDY JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. VALIDAÇÃO E INSTRUÇÕES PARA USO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO	7
2.1. Validação	7
2.2. Instruções para uso e atualização do plano	8
3. ASPECTOS LEGAIS	8
4. FINALIDADE DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	11
4.1. Missão Geral	11
4.2. Missão Específica	12
5. SITUAÇÃO DE PARTIDA E PRESSUPOSTOS DE RISCOS DO MUNICÍPIO ..	12
5.1. Objetivo	12
5.2. Perfil da cidade de Olinda	12
5.3. Análise do perfil pluviométrico da cidade	13
5.4. Mapeamentos de cenários de risco da cidade	14
6. OPERAÇÕES DE RESPOSTA AOS DESASTRES	17
6.1. Aspectos relevantes:	17
6.2. Dos órgãos e entidades envolvidas:	19
7. ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO PLACON	21
7.1. Critérios de ativação	21
7.2. Autoridade	22
7.3. Níveis de ativação do PLACON	22
7.4. Desativação do PLACON	23
8. ESTÁGIOS DE MONITORAMENTO PARA ACIONAMENTO DO PLACON	24
10. ETAPAS para acionamento do PLANCON	27
10.1. Pré-alerta	27
10.2. Pós-alerta	28
11. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES	28
11.1. Convocação do Gabinete de Crises:	29
11.2. Atribuições e responsabilidades:	30
12. AÇÕES DE EMERGÊNCIA E/OU RESPOSTA	37
12.1. ESTRATÉGIA PARA O ATENDIMENTO EMERGENCIAL	37

12.1.1. Instalação do Sistema de Comando de Operações:	37
12.1.2. Ações de monitoramento e resposta a situações anormais:	39
12.1.3. Atendimento Emergencial:.....	39
13. IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES	42
ANEXO 1	45
(PLANO DE CHAMADA).....	45
ANEXO 2	48
(RELAÇÃO DOS SETORES DE RISCO).....	48
ANEXO 3	50
(MAPA DAS ÁREAS DE RISCO)	50
ANEXO 4	56
(LISTAGEM DE ABRIGAMENTO TEMPORÁRIO).....	56
ANEXO 5	58
(FORMULÁRIO DE RECURSOS DISPONÍVEIS)	58
ANEXO 6	60
(COBRADE).....	60
ANEXO 7 FORMULÁRIOS S2ID (FIDE - DMATE).....	72
ANEXO 8	79
(FLUXOGRAMAS)	79

1. INTRODUÇÃO

É com o objetivo macro de salvar e preservar vidas nas áreas de riscos susceptíveis a desastres na cidade que a **SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA CIVIL DE OLINDA** – SEDC/PMO apresenta à sociedade Olindense o Plano de Contingência para ações de Resposta à Desastre e Situações Emergenciais de 2023/2024.

A Defesa Civil no Brasil teve como porta de entrada a II Guerra Mundial onde se estabeleceu medidas de garantia para a população através de medidas assistencialistas num paradoxo Guerra e Paz. Assim o conceito de defesa civil no território nacional foi traduzido na Política Nacional de Defesa Civil como sendo um **conjunto de ações** preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

Quando falamos em conjunto de ações, traduzimos logo em políticas públicas. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, com aplicação em todo território nacional, surge então, outro conceito e sua interface com a Gestão de Risco de desastres: O de “**GESTÃO DE QUALIDADE**”. A Defesa civil assume então um papel sistêmico na organização municipal e neste contexto todos passam a assumir responsabilidades dentro de suas atribuições legais; “Defesa Civil é um dever de todos.”

O desejo de descrever este plano nasceu de experiências vividas em relatadas num passado bem próximo, assim como da necessidade de se adequar aos aspectos legais que balizam as ações dos Órgão Municipais de Defesa Civil na preservação da Segurança Global da Populações, em particular daquelas comunidades afetadas por desastres.

Epidemiologicamente é correto afirmar que o município de Olinda vem sendo afetado pelos efeitos decorrente de intensas precipitações hídricas, concentradas na quadra chuvosa que vai dos meses de ABRIL A JULHO, anualmente.

É oportuno ainda destacar que as ações de Defesa Civil em cada município devem acontecer de forma permanente e integrada, uma vez que a ocorrência de

desastres compromete a normalidade do curso da rotina de qualquer comunidade e conseqüentemente promove sérios danos a administração pública. Se preparar para o enfrentamento de situações de desastres, portanto, é atuar proativamente dotando a máquina pública de engrenagens suficientemente preparadas para responder adequadamente, mitigando os efeitos do evento adverso e tornando as comunidades cada vez mais resilientes.

Desta forma, serão descritas e programadas ações de respostas às situações de emergências em áreas de morros, planas e alagáveis na cidade de Olinda, que contarão com o apoio de recursos internos, da própria estrutura da Defesa Civil, como também de recursos provenientes dos diferentes órgãos da administração municipal e parceiros diversos através de pessoas, veículos, equipamentos e materiais para que seja possível dar a resposta adequada em situações de emergências que excedam a capacidade de resposta da SEDC, conforme demanda estabelecida pelo Núcleo de Gestão de desastres adiante descrito.

Assim, o plano de contingência se constitui num documento formal que prevê os principais recursos, procedimentos e ações de respostas, para que em situações de anormalidade provocadas por desastres cada ator do sistema de proteção e defesa civil de Olinda saiba qual a sua função e responsabilidade dentro das operações de defesa civil.

2. VALIDAÇÃO E INSTRUÇÕES PARA USO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO

2.1. Validação

O presente documento foi elaborado pela Secretaria Executiva de Defesa Civil com o objetivo de prever os recursos e procedimentos utilizados e disponibilizados pelos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil para às situações de resposta à situações emergenciais.

Desta forma, o Plano de Contingência de 2023/2024 da SEDC/Olinda foi elaborado, analisado e validado pelos órgãos da administração municipal, parceiros e instâncias superiores da Prefeitura Municipal de Olinda, fundamentais a união de esforços para prover a segurança global da população, frente às situações de emergência e desastres.

2.2. Instruções para uso e atualização do plano

A efetiva aplicação do Plano de Contingência decorre da operacionalização de diversos procedimentos, bem como da utilização de instalações e percursos explicitamente considerados neste Plano de Contingência e seus anexos. Para melhoria deste Plano de Contingência, os órgãos envolvidos na sua elaboração e aplicação, deverão realizar exercícios simulados conjuntos, ao menos (01) uma vez ao ano, sob a coordenação da Secretaria Executiva de Defesa Civil de Olinda, emitindo relatório ao final, destacando os pontos do Plano de Contingência que merecem alteração ou reformulação, as dificuldades encontradas na sua execução, e sugestões de aprimoramento dos procedimentos adotados. Sempre que se justifique, com base nas informações contidas nos relatórios, os órgãos participantes reunir-se-ão para elaborar a revisão do plano, lançando uma nova versão, que deverá ser distribuída para todos.

3. ASPECTOS LEGAIS

As atividades de defesa civil oferecidas à população estão previstas no nosso ordenamento jurídico. O artigo 37 da Constituição da República prescreve que a administração pública deve obediência, dentre outros, ao princípio da legalidade. Sendo assim, todos os agentes públicos devem buscar sempre o amparo da lei para exercer suas atividades em quaisquer circunstâncias

No Brasil, a temática Gestão de Desastres foi entendida durante muitos anos como sendo um conjunto de ações assistenciais voltadas para responder aos resultados de fenômenos anormais que venham por em risco a Segurança Global das populações.

Nenhuma instituição está isenta de crise, por mais organizada que seja, pois, qualquer assunto negativo que escape ao controle e ganhe visibilidade pode detonar uma crise. É o chamado “fator surpresa”. Por isso, o mais recomendável é estar preparado para enfrentá-la. E isso envolve todos do Sistema.

Também, não existia nenhum sistema de planejamento dos processos específico, e as organizações integrantes do sistema de defesa civil conheciam os detalhes e trabalhavam em cima deles apenas durante a fase tida como principal: a resposta a ocorrência de desastres.

Uma reflexão dessa natureza enseja a garantia da vida e da incolumidade da população, reduzindo os riscos, evitando ou minimizando desastres e principalmente resgatando a cidadania, fazendo com que as pessoas tenham consciência que são sujeitos das ações e corresponsáveis pelo processo de construção de comunidades mais justas e seguras, cada vez mais resilientes, colocando-o na vanguarda relacionada a temática abordada, proporcionando uma massa crítica capaz de intervir de forma preventiva.

Uma reflexão dessa natureza enseja a garantia da vida e da incolumidade da população, reduzindo os riscos, evitando ou minimizando desastres e principalmente resgatando a cidadania, fazendo com que as pessoas tenham consciência que são sujeitos das ações e corresponsáveis pelo processo de construção de comunidades mais justas e seguras, cada vez mais resilientes, colocando-o na vanguarda relacionada a temática abordada, proporcionando uma massa crítica capaz de intervir de forma preventiva.

Mais recentemente, nos anos de 2010, com as enxurradas da Mata Sul de Pernambuco, em 2011, e com o grande escorregamento de massa na região serrana de Petrópolis – Rio de Janeiro, o Brasil despertou para o fato de que as ações de defesa civil demandavam um conjunto de ações que exigiam muito mais que ações assistenciais pós desastres, e sim um modelo gerencial modelado pela administração moderna.

Quando falamos em conjunto de ações e traduzimos em políticas públicas, A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, com aplicação em todo território nacional, surge então, outro conceito a ser contextualizado e sua interface com a Gestão de Risco de desastres: O de Gestão de Qualidade. A gestão da qualidade é então compreendida como um modelo sistêmico de gestão o qual se denomina Gestão da Qualidade Total

Assim surge a Nova Política de Defesa Civil (Lei 12.608 de 11 de abril de 2012), regulamentada pelo Decreto Federal Nº 10.593, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020. Define como foco de atenção principal no processo de garantia da Segurança Global das Populações, no que lhe compete, a gestão integral do risco de desastres.

Para um melhor entendimento da legalidade das ações de proteção e defesa civil através do Link <https://www.gov.br/mdr/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/secretaria-nacional-de-protecao-e-defesa-civil/secretaria-nacional-de-protecao-e-defesa-civil-1>, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil as legislações atinentes a à Defesa Civil poderão ser manuseadas para embasamento legal das ações propostas.

Mais recentemente, O Decreto Federal 10.593, de 24 de dezembro de 2020 reorganizou o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres assim como a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, de 4 de dezembro de 2020 redefinindo procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, revogando os efeitos da IN 02 de 20 de dezembro de 2016.



Figura 1 - Quadro evolutivo da visão de gestão de desastres no Brasil

4. FINALIDADE DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

A finalidade do presente documento é **prever a organização das ações de respostas** às situações de desastres e emergências relacionados ocorrência de eventos adversos que venham a comprometer a normalidade na cidade de Olinda, prevendo a utilização de recursos próprios e de parceiros, definindo atribuições e responsabilidades a cada um dos atores.

Também é intenção neste documento prever os critérios de acionamento deste plano, bem como de sua evolução progressiva associada ao aumento das ameaças de situações adversas (com base nos alertas da APAC) e dos cenários de desastres apresentados, como também os critérios para desmobilização das ações de respostas uma vez cessada os fatores que deram origem a seu acionamento assim como reestabelecido as condições mínimas de convivência das comunidades afetadas.

E, por fim, a principal finalidade neste plano é comunicar e deixar clara a responsabilidade e atribuição de cada um dos órgãos envolvidos na resposta ao desastre diante de uma situação anormal ou emergencial, facilitando as ações de respostas, para que no momento de seu registro fático os recursos possam ser direcionados com maior eficiência e assertividade, evitando o retrabalho, dispêndio de esforços desnecessários e sobretudo interposição de ações, otimizando assim os recursos empregados.

4.1. Objetivo Geral

Desenvolver o conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, que visem evitar, neutralizar ou minimizar as consequências danosas de eventos, e restabelecer o bem estar social nas áreas atingidas.

4.2. Objetivo Específico

Definida de conformidade com a especificidade de cada desastres ou situações emergenciais, considerando a expertise e atribuições legais de cada órgão administrativo e entidades parceiras envolvidas na ação de resposta

Assim, foram consideradas situações hipotética e experiências anteriores considerando cenários de risco de desastres de conformidade com as situações definidas no Plano municipal de redução de Riscos – PMRR

5. SITUAÇÃO DE PARTIDA E PRESSUPOSTOS DE RISCOS DO MUNICÍPIO

5.1. Objetivo

O objetivo nesta seção é descrever um panorama sobre o perfil de risco da cidade de Olinda, tanto em seus aspectos físicos e espaciais, quanto de riscos e vulnerabilidade em situações de emergências e desastres.

Neste sentido, faremos inicialmente uma breve explanação sobre os aspectos populacionais, físicos e climáticos, em seguida faremos uma análise retrospectiva do perfil pluviométrico na cidade, que se caracteriza como o principal evento adverso de risco em Olinda, para em seguida fazer um levantamento do mapa de risco levantando as áreas de vulnerabilidade da cidade de Olinda.

5.2. Perfil da cidade de Olinda

A cidade de Olinda possui uma população em torno de 393.115 mil habitantes (IBGE- 2020), conforme a CONDEPE FIDEM, distribuída numa área de mais de 41,681 km² onde a população vive, nas áreas urbana e rural, em mais de 113.238 mil domicílios particulares, dos quais muitos estão sob forte vulnerabilidade nas áreas de morro da cidade.

A composição da área territorial da cidade está distribuída da seguinte forma: 49,89% são áreas de morros; 50,11% áreas de planícies, sendo que 52,08% das famílias de Olinda moram em áreas de morro sendo considerada a cidade com maior densidade demográfica do Estado visto sob o enfoque de famílias residentes em áreas de elevados

Olinda tem um clima tropical, com alta umidade relativa do ar. Apresenta temperaturas equilibradas ao longo do ano devido à proximidade com o mar.

5.3. Análise do perfil pluviométrico da cidade

Em relação aos indicadores pluviométricos, a cidade de Olinda possui um perfil de chuvas cíclicas que tendem a aumentar a partir do mês de março com uma média histórica dos últimos 27 anos de 123,3 mm de chuvas, atingindo o pico em Junho com média histórica de 332,4 mm de chuvas no mês, como é possível observar na tabela de indicadores abaixo:

INDICADOR	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	VALOR (mm)
MEDIA	83,3	85,7	123,3	235,9	268,8	332,4	255,8	133,3	66,6	25,2	25,4	43,5	1679,0
MÁXIMO	302,9	270,2	335,8	522,2	658,3	646,9	527,0	470,8	226,5	106,3	236,9	276,9	4580,7
MÍNIMO	0,0	0,0	0,0	9,7	12,0	62,0	65,9	12,0	0,4	1,0	0,2	1,9	165,1
MEDIANA	91,2	81,3	129,8	233,1	256,6	339,8	251,9	137,3	69,0	26,9	26,0	42,9	1685,8

Tabela 1: Indicadores Pluviométricos dos últimos 27 anos

Pode-se então afirmar que o município de Olinda tem na quadra chuvosa de Abril a Julho o seu período crítico onde, estatisticamente, há registros de níveis de precipitações pluviométricas elevadas, com a probabilidade de chuvas de forte intensidade, fato que poderá ocasionar desastres que venham a afetar as populações residentes em áreas de risco.

Assim, para minimização dos seus efeitos precede se fazer ações concretas de preparação, mitigação, prevenção até que se inicie a fase de RESPOSTA, objeto do presente Plano, seguindo-se o restabelecimento e recuperação dos cenários danificados ou destruídos sempre focando numa visão prevencionista pois, “na ocorrência de desastres não sobrevivem os mais fortes e sim os mais preparados”.

5.4. Mapeamentos de cenários de risco da cidade

Preliminarmente, buscando um entendimento prático da temática, é importante se focar nos conceitos estabelecidos pela doutrina que permeiam a definição de Risco de Desastres: Risco, Ameaça, Vulnerabilidade e Resiliência.

AMEAÇA (A): Conjunto de fenômenos que pode acarretar efeitos danosos sobre as pessoas, a economia e o meio ambiente. Tais fenômenos podem ter diferentes origens. As ameaças podem ter origens e efeitos individuais, combinados ou sequenciais. Cada uma delas se caracteriza por sua magnitude ou intensidade, sua frequência e probabilidade.

VULNERABILIDADE (V): Grau de perda para um dado elemento ou grupo dentro de uma área afetada por um processo; Condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade ao impacto de riscos.

RESILIÊNCIA (Re): Refere-se à capacidade de enfrentamento determinada pela forma como governo e sociedade civil compreendem os riscos que enfrentam e são capazes de se auto organizar. Essa auto organização visa o aumento da capacidade de adaptação, aprendendo com experiência passadas, planejando o futuro com investimentos em proteção e defesa civil, e realizando ações de boa governança visando o alcance de uma melhor proteção futura, centrada em medidas de redução de riscos de desastres.

ÁREA DE RISCO (R): Área passível de ser atingida por processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais. Normalmente, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda (assentamentos precários); Área provável de ser atingida por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeito negativo. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais. Normalmente,

para as cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda.

$$R \cong \frac{f(A \times V)}{Re}$$

Isso posto é importante destacar que as ações de Defesa Civil dependem de informações sobre o território e suas características de riscos para poder planejar previamente e otimizar suas execuções. Assim, compreender o perfil de risco da cidade de Olinda é fundamental. Durante o ano é realizado um intenso e constante trabalho de mapeamento das áreas susceptíveis a desastres, dando suporte para o planejamento de ações de prevenção e minimização de desastres. Muitas dessas informações, tem um foco gerencial, dando base para as decisões do dia-a-dia.

Para nortear as ações e recursos em curto, médio e longo prazo, utilizamos como informações fundamentais o mapeamento do **Plano Municipal de Redução de Risco**, que dá uma visão global dos setores de riscos distribuídos pelas 10 RPAs da cidade.

Verificamos SETORES DE RISCOS DA CIDADE DE OLINDA					
GRAU DE RISCO	GRAU DE RISCO				TOTAL
	R1: BAIXO	R2: MÉDIO	R3: ALTO	R4: MUITO ALTO	
Número de setores	32	37	42	11	122
%	26%	30%	35%	9%	100%

Tabela 2: Fonte - Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda.

Nos dados acima, podemos ver um total de 122 setores de riscos distribuídos pela cidade, estes setores são grandes áreas que estão susceptíveis à ocorrência de desastres, tanto pela vulnerabilidade da área, quanto pela incidência mais constante de eventos adversos. Abaixo, podemos ter uma visão no mapa desta distribuição.

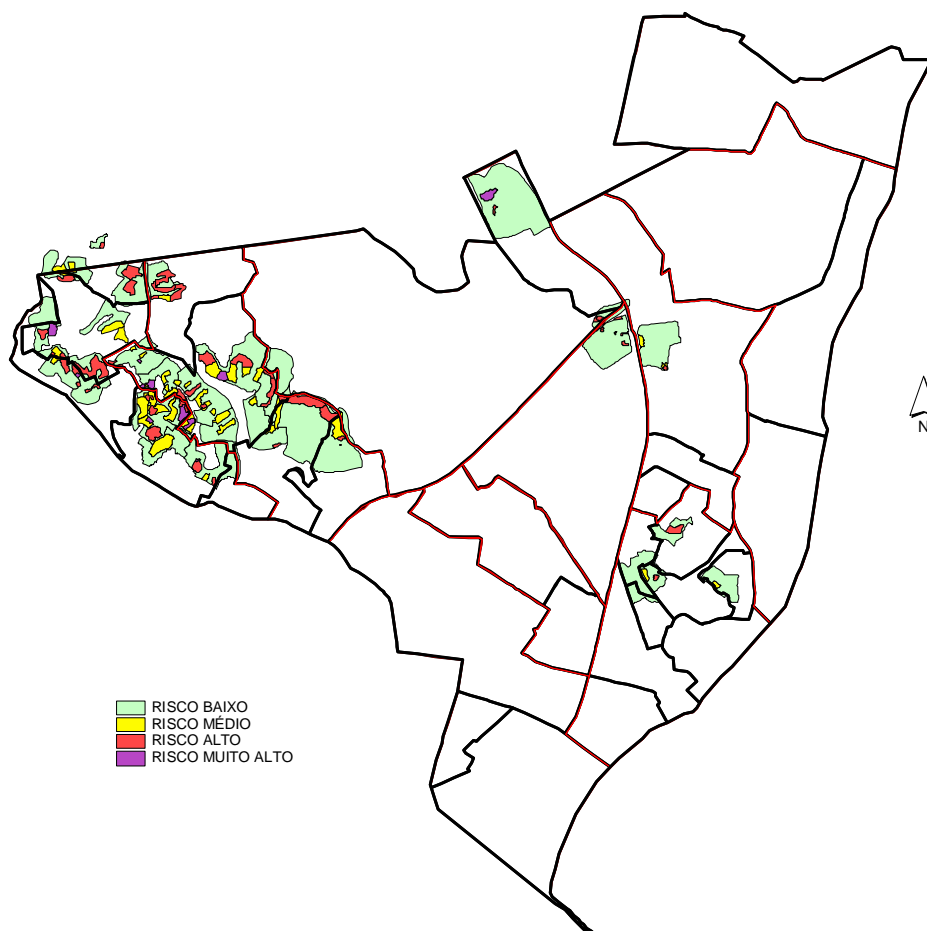


Figura 2: Setores de risco. Fonte - Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda.

O perfil de risco da cidade de Olinda, pode ser sintetizado no gráfico abaixo que mostra de forma clara a proporção de pontos de riscos em seu grau de criticidade, indo de R1 à R4, em que é possível notar que 65% dos pontos de riscos estão compreendidos em R2 e R3, e que 9% pontos estão em escala muito alta.

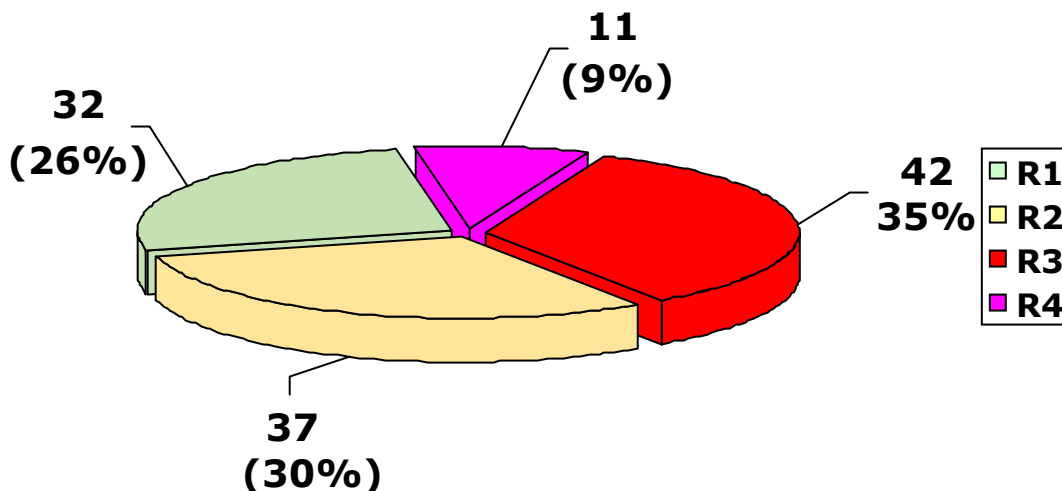


Figura 3: Perfil de risco mapeado. Fonte - Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda

6. OPERAÇÕES DE RESPOSTA AOS DESASTRES

6.1. Aspectos relevantes:

Medidas particulares de intervenção devem ser realizadas pelos órgãos que integram o sistema de defesa civil municipal, quando da ameaça à segurança da população, relacionadas a desastres naturais provocados por intensas precipitações pluviométricas.

Assim cada órgão integrante do sistema municipal de proteção e defesa civil deverá se planejar durante o período de normalidade, mantendo suas equipes suficientemente esclarecidas e preparadas para atuarem em resposta a ocorrência de desastres, dentro de suas competências estabelecidas. Para tanto cada órgão deverá elaborar o correspondente **Plano de Ação Institucional** (PAI) definindo internamente a metodologia de emprego dos seus recursos para enfrentamento de desastres de acordo com competências definidas no presente Plano de Contingência.

As operações de respostas à desastres e situações emergenciais serão realizadas com base nas fases de: pré-desastre, desastre e desmobilização da operação de resposta, considerando para tanto o período de maior probabilidade de

ocorrência de eventos relacionados a intensas precipitações e/ou ocorrência de incêndios.

No caso dos cenários de Deslizamentos e alagamentos, que têm como fator gerador índices pluviométricos anômalos, a fase de **pré desastre** será realizada com o monitoramento pluviométrico e os alertas emitidos pela APAC, sobre prognósticos de chuvas com até 24 horas de antecedência, que permiti à SEDC/PMO enviar o alerta nas redes de comunicação e site oficial da prefeitura municipal. Em situações em que haja o Alerta de situação emergencial, poderá ser feita a retirada de famílias de áreas vulneráveis para evitar danos humanos. No caso dos incêndios, por terem uma característica súbita, as ações se focarão basicamente nas ações de respostas (socorro, assistência e restabelecimento) à situação de desastre, logo após o acionamento da defesa civil através do **0800 081 0060** e **9.9266-5307** ou através do alarme do corpo de bombeiros.

Convém destacar que o primeiro agente público que chegar ao local do desastres deverá adotar todas as medidas iniciais pertinentes de forma promover a segurança das pessoas afetadas e as equipes de trabalho.

Por fim elencamos abaixo algumas ações a serem desenvolvidas nas ações de resposta frente a emergências decorrentes de desastres naturais objeto do presente plano:

FASES	DESLIZAMENTO/ ALAGAMENTO	INCÊNDIO
Pré-desastre	1) Monitoramento das áreas de morro e alagáveis; 2) índices e previsões pluviométricas, tábua de marés; 3) O Alerta e Alerta Máximo serão dados com base em informações da APAC e o Alarme será dado pela SEDC após identificação da situação de emergência; 4) A Ativação do Plano de Contingência se dará pelo Secretário Executivo de Defesa civil após dimensionamento da situação de emergência.	1) O Alerta será repassado pela central do 08002812112 e 9.9266-5307 (após notificação de ocorrência) ou diretamente pelo corpo dos Bombeiros. 2) O Alarme e ativação do plano de contingência se dará após análise do Secretário executivo de Defesa Civil após dimensionamento da situação de emergência.
Desastre	1) Deslocamento de equipes da própria SEDC para avaliação; 2) Em situações de <u>pequeno</u> e <u>médio</u> porte, serão deslocados recursos humanos e logísticos da SEDC; 3) Em	1) Deslocamento de equipes da própria SEDC para avaliação; 2) Em situações de <u>pequeno</u> e <u>médio</u> porte, serão deslocados recursos humanos e

	<p>desastres de <u>grande</u> porte serão solicitados apoio dos parceiros após ativação do plano pelo secretário executivo de Defesa Civil que demandará a articulação com os órgãos parceiros. Em situações que extrapolem a capacidade de resposta do município, o secretário Executivo de Defesa Civil Demandará apoio aos órgãos superiores do Sistema Nacional de Defesa Civil em nível Estadual e Federal. 4) Em toda situação de desastre será definido pelo secretário de defesa civil um coordenador para operacionalização das atividades de respostas no local que centralizará as decisões e recebimento de informações e que será o responsável pela elaboração do <u>relatório de resposta à desastre</u>.</p>	<p>logísticos da SEDC; 3) Em desastres de <u>grande</u> porte serão solicitados apoio dos parceiros após ativação do plano pelo secretário executivo de Defesa Civil que demandará a articulação com os órgãos parceiros. 4) Em toda situação de desastre será definido pelo secretário de defesa civil um coordenador para operacionalização das atividades de respostas no local que centralizará as decisões e recebimento de informações e que será o responsável pela elaboração do relatório de resposta à desastre.</p>
FASES	DESLIZAMENTO/ ALAGAMENTO	INCÊNDIO
Desmobilização	<p>1) A desmobilização da operação de resposta à alagamentos e deslizamentos se dará após a retirada das famílias do cenário de risco e o atendimento e suporte social; 2) a ativação da desmobilização será dada pela coordenação da operação de resposta ou pelo Secretário Executivo de Defesa Civil.</p>	<p>1) A desmobilização da operação de resposta à incêndio se dará após a retirada das famílias do cenário de risco, atendimento, suporte social e a retirada de entulhos, demolições; 2) a ativação da desmobilização será dada pela coordenação da operação de resposta ou pelo Secretário de Defesa Civil.</p>

Tabela 4: Fases de respostas à desastres.

6.2. Dos órgãos e entidades envolvidas:

Para efeito de acionamento do presente Plano de Contingência serão considerados integrantes do sub sistema de resposta a desastres e situações emergenciais os seguintes órgãos e entidades:

- Gabinete do Prefeito
- Gabinete do vice prefeito
- Secretaria de Governo
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria de Gestão Urbana

- Secretaria de Obras
- Procuradoria Municipal
- Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;
- Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo
- Secretaria de Mobilidade Urbana
- Secretaria de Segurança Cidadã
- Secretaria de Comunicação
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Esportes e Juventude
- Conselho tutelar da criança e adolescente
- Secretaria Executiva de Defesa Civil
- Órgãos Setoriais e de Apoio
 - Secretaria da Casa Militar
 - Secretaria de Defesa Social
 - COMPESA
 - CELPE
 - Bombeiros Civis
 - Companhia Estadual de habitação – CEHAB
 - Voluntariado

Cada órgão ou entidade será representado neste plano pelo titular da pasta na condição de TITULAR e mais um outro servidor indicado na condição de SUPLENTE.

Em situações específicas outros órgão e/ou entidades podem ser requisitados pela Secretaria Executiva de Defesa Civil municipal por sua expertise em ações relacionadas ao desastre a ser respondido.

7. ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO PLACON

7.1. Critérios de ativação

O Plano Municipal de Contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, baseados em monitoramentos históricos e atuais ou quando o movimento de massa for detectado e/ou a precipitação for superior ou igual a cem milímetros (100mm) no dia, condição propícia (com solo encharcado e chuvas intermitentes) a deslizamentos ou movimentações de encostas, configurado a situação de alerta

O plano, em seu estado máximo, será ativado pelo **Prefeito da cidade de Olinda por sugestão conjunta do Secretário de Gestão Urbana e do Secretário Executivo de Defesa Civil de Olinda**, que após identificar as condições de intensificação das precipitações ou cenários de desastres de grande proporção, ocasião em que será dada atenção máxima pelos órgãos da administração municipal e parceiros envolvidos na resposta ao desastres de acordo com os procedimentos previstos no plano de contingência.

Em casos extremos, onde forem afetados múltiplos bairros elevando o quantitativo de famílias afetadas, o Prefeito do município deverá acionar o Comitê de Crise onde as secretarias passaram a se reunir do auditório do Palácio dos despachos sob a égide do prefeito municipal como adiante será definido.

Em quaisquer das situações definidas - situações emergências ou ocorrência de desastres, após o plano de contingência ser ativado deverão ser desencadeadas as ações iniciais por cada órgão envolvido, tais como: a designação do responsável pela operacionalização das ações; o plano de chamadas deverá ser ativado e contatado; o posto de comando deverá ser formado e as informações de mobilização dos órgãos parceiros deverão ser encaminhadas a Secretaria Executiva de defesa Civil, sendo todos os recursos deslocados para apoio às ações da Defesa Civil de Olinda.

7.2. Autoridade

A ativação do PLACON, seja para uma ação pontual de emergência ou em uma situação de desastre ou para o período de majoração das precipitações pluviométricas a níveis acima do normal, em que as ações de minimização de riscos de desastres devem ser intensificadas, segue critérios e só pode ser autorizado pelo Prefeito e ativado pelo Secretário Executivo de Defesa Civil, que deverá de imediato cientificar ao mesmo do cenário de desastre e das medidas adotadas.

A especificação dos elementos necessários para a decretação do Estado de Alerta e ativação do plano de contingência fundamentam-se no registro pluviométrico da chuva acumulada nos meses que antecedem o período mais crítico do inverno, nos acidentes decorrentes dessa chuva e ainda nas previsões de chuva intensa em curtos períodos emitidos pelos órgãos responsáveis (APAC).

A chuva contínua acumulada, quando o nível freático em sedimentos e solos torna-se elevado, propicia os deslizamentos nos solos mais argilosos e favorece a erosão severa nas áreas mais arenosas sem cobertura vegetal. Nos últimos anos as mudanças nas condições climáticas têm mostrado que as irregularidades e distribuição heterogênea dos volumes intensificam em algumas áreas os eventos de deslizamento e alagamento. O índice pluviométrico diário juntamente com o número de deslizamentos de encostas e taludes confirmados, refletem que valores de chuva acumulada a partir de 400 mm, já são capazes de provocar ocorrências de deslizamentos de terra. Sendo este, um dos critérios de ativação.

O plano também será acionado quando em situações emergenciais e desastres que demandem recursos além da capacidade da Defesa Civil ou do município, por exemplo: alagamentos, incêndios e deslizamentos de grande proporção.

7.3. Níveis de ativação do PLACON

Será considerado para efeito de acionamento do plano, três níveis de ativação:

- **Nível I** - Quando os membros do Grupo de Ações Coordenadas - GRAC têm condições de dar a resposta ao município na ocorrência do evento adverso

- **Nível II** - Quando os membros do Grupo de Ações Coordenadas - GRAC têm condições de dar resposta, entretanto necessita de apoio,
- **Nível III** - Quando o município vivencia um desastre que o Grupo de Ações Coordenadas – GRAC perde a capacidade de resposta

Para efeito deste plano municipal considera-se GRAC a equipe lotada na Secretaria Executiva de Defesa Civil que ordinariamente desenvolve suas atividades com o objetivo de aumentar cada vez a resiliência das comunidades residentes em áreas de risco, mitigando assim os efeitos de qualquer evento adverso.

7.4. Desativação do PLACON

O PLACON será DESATIVADO, sempre que forem constatadas as condições que descaracterizam o risco de registro novos desastres ou do restabelecimento das condições de habitabilidade numa localidade afetada, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não ocorrência do evento prognosticado, ou pela dimensão do impacto, em especial quando as precipitações pluviométricas, entre os meses de setembro e outubro, estiverem em níveis abaixo de 150 mm mensais; em situações de desastres, quando todas as ações de socorro, assistência às famílias e reabilitação do cenário de desastre estiverem sob controle.

Assim, após a normalização das situações emergenciais, ou da redução dos índices pluviométricos a níveis seguros, o plano de contingência deve ser desativado, desmobilizando os parceiros e recursos que fortaleceram as ações de Defesa Civil no período de emergência. Neste sentido, também, da mesma forma que na ativação, seguirá critérios, deverá ser realizado por atores com autoridade para tal, como também seguirá alguns procedimentos para a volta ao *status quo*.




A desmobilização do período de alerta máximo será feita pelo **Prefeito de Olinda**, após identificação do período de volta à normalidade. No caso de situações emergenciais, a desmobilização será realizada pelo **Secretário Executivo de Defesa Civil**

Após a decisão da desmobilização do plano, em função da volta da normalidade e segurança global da população, alguns procedimentos deverão ser tomados como:

- os órgãos parceiros deverão acionar seus protocolos internos para retorno dos recursos;
- o plano deverá ser desativado;
- o posto de comando deverá ser desativado;
- as informações deverão ser compiladas em relatórios.

8. ESTÁGIOS DE MONITORAMENTO PARA ACIONAMENTO DO PLACON

A preparação para o inverno obedece às condições climáticas que antecedem à decretação de Estado de Alerta, momento em que o Plano de Contingência é colocado em prática em toda sua plenitude, conforme quadro abaixo:

ESTADO	CONDIÇÕES	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Observação 	- início do inverno	- acompanhamento dos prognósticos de chuva e clima; - preparação do plano de contingência e reuniões com os parceiros para a definição das estratégias adotadas e da forma de participação dos mesmos.
Atenção 	- chuvas esparsas	- intensificação das vistorias nos pontos de monitoramento; - realização de pequenos serviços, como: cobrimento dos taludes de maior risco com lona plástica, retaludamento, corte de árvores de pequeno porte e desobstrução de canaletas e drenagens; - equipes em regime de sobreaviso e em plantão permanente na sede da SEDEC.
Alerta 	- chuvas contínuas com solos saturados; - incidência de acidentes correlacionados às intensidades das chuvas.	- decretação do estado de alerta pelo prefeito; - equipes ampliadas em regime de plantão permanente na sede da SEDEC; - atendimento emergencial às vítimas dos acidentes.


<p>ALERTA MÁXIMO</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - chuvas contínuas e concentradas com solos saturados; - incidência de acidentes correlacionados às intensidades das chuvas; - previsão de chuva intensa e concentrada. 	<ul style="list-style-type: none"> - mudança de estado informada pela SEDEC; - reforço das equipes e do suporte para a retirada das famílias em situação de risco iminente; - atendimento emergencial às vítimas dos acidentes.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 5: Estágios de Defesa Civil.

O monitoramento será realizado através do acompanhamento dos dados das (05) cinco Estações Meteorológicas do CEMADEN – PCD 260960001A (Águas Compridas), PCD 260960002A (Aguazinha), PCD 260960003A (Bonsucesso), PCD 260960004A (Jardim Fragoso) e PCD260960005A (Tabajara) ; das duas estações de pluviômetros sendo uma as sede e outra em Ouro Preto; das estações fluviométricas da Agência Nacional de Águas - ANA, e contato com outros Municípios. Utilizando imagens de satélite e de radar da Agência Pernambucana de Águas e Climas – APAC, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Rede de Meteorologia do Comando da Aeronáutica - REDEMET.

O monitoramento preventivo ocorre na fase de pré-impacto, e corresponde ao intervalo de tempo entre o prenúncio do Evento Adverso e o desencadeamento do Desastre. Durante o evento o monitoramento continua para caracterização do ambiente e levantamento de dados para compor banco de dados. A passagem do estágio de Alerta para **ALERTA MÁXIMO** ocorrerá quando se configurar uma grave ameaça associada à incidência de chuvas fortes e concentrada. Por seu caráter crítico será oficializado por decreto municipal. Passado o evento climático adverso, retorna de normalidade e o estado de alerta máximo é finalizado, normalmente, entre os meses de Setembro e Outubro.

Convém destacar que o monitoramento dos indicadores hidro meteorológicos do município são regularmente realizados conforme definido no Manual Técnico de Defesa Civil, conforme decreto Estadual Nº 47.698, de 10 de julho de 2019.

MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO	
COORDENAÇÃO: SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS	
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	MISSÃO ESPECÍFICA
PAC CODECIPE LAMEPE	<ul style="list-style-type: none">• Monitorar e Identificar a probabilidade de ocorrência de fatores anormais e adversos de origem meteorológica e hidrológica, principalmente, decorrentes de precipitações pluviométricas;• Identificar qual o fenômeno, analisá-lo e definir quais as possíveis consequências para a população.

9. LANÇAMENTO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA S2ID

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID é uma plataforma web que integra diversas ferramentas destinadas a apoiar os órgãos de proteção e defesa civil nos três âmbitos da administração pública: municipal, estadual e federal.

O principal propósito da criação do S2ID é proporcionar maior celeridade e transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil. Esses termos, para fins do sistema, são compreendidos da seguinte forma:

CELERIDADE mediante a informatização de processos: troca de informações em formulários padronizados entre municípios, estados e Governo Federal;

TRANSPARÊNCIA por meio da disponibilização de informações sistematizadas: manutenção do banco de dados com informações de análises qualitativas e quantitativas referentes a ocorrências de desastres e seus consequentes danos humanos, materiais e prejuízos, que ficam disponibilizados em forma de arquivos nas ferramentas de acesso geral (próximos tópicos).

Em se tratando de eventos adversos com consequências de maior gravidade, pode ser então Decretada a Situação de Emergência e/ou o Estado de Calamidade Pública vencidos procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação anormal, conforme estabelece a INSTRUÇÃO NORMATIVA

Nº 36, de 4 de dezembro de 2020 - Secretaria Nacional de Defesa Civil Nacional – Ministério do Desenvolvimento Regional.

Todos os registros dos eventos anormais (registros da imprensa, relatórios internos, ...), assim como os relatórios municipais padronizados no sistema (FIDE, DEMAT, registros fotográfico, etc.) obrigatoriamente serão lançados através do **Sistema S2ID**, pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Olinda através de pessoal credenciado junto a Secretaria Nacional de Defesa Civil e capacitado para tal fim .

10. ETAPAS para acionamento do PLACON

10.1. Pré-alerta

Entende-se como etapa de pré-alerta, o período em que há um alerta de potencial situação anormal, com a intensificação dos níveis de chuvas e, logo, da probabilidade de ocorrência de situações emergenciais. Neste período, serão intensificadas as ações de monitoramento das áreas de riscos, com o aumento das equipes de plantões (Noturno e final de semana), como também a intensificação do processo de impermeabilização de morros e retirada de famílias de áreas potencialmente vulneráveis a desastres em caso de chuvas fortes.

O acionamento dos recursos da SEDC/Olinda se dará sempre que houver alguma situação de anormalidade em algumas das áreas da cidade, mesmo antes de algum impacto ou desastre, sendo deslocados veículos, equipe técnica e operacional para atendimento da demanda existente da área afetada.

No caso dos recursos dos parceiros, a demanda se dará com o acionamento pela coordenação da SEDC/Olinda aos respectivos órgãos parceiros, demandando veículos, equipe técnica e de apoio, como também recursos de assistência às famílias.

Os recursos serão mobilizados e deslocados para a base da SEDC, para que sejam cadastrados e posteriormente distribuídos, dando suporte ao desenvolvimento das atividades de minimização de riscos nas localidades da cidade de Olinda.

10.2. Pós-alerta

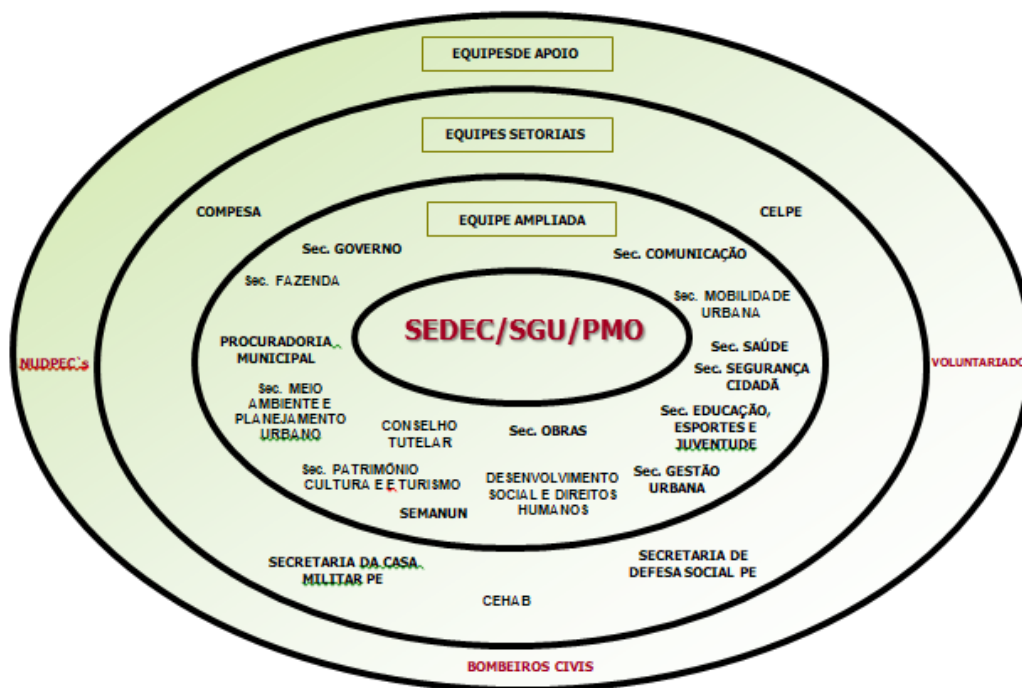
Entende-se por etapa de Pós-Alerta, aquela em que houve uma situação emergencial (Incêndio, deslizamento ou Alagamento) com danos humanos ou materiais, demandando suporte de socorro e apoio às vítimas.

Inicialmente, será deslocada equipe técnica para avaliação da situação de emergência, dos riscos envolvidos à comunidade e equipe de resposta na área afetada. Após esta análise inicial, passa-se à instalação do posto de comando no local, para onde convergirão todas as informações e demandas de operações de resposta, e de onde partirão todas as decisões e todos os pronunciamentos à imprensa ou relatórios técnicos. No posto de comando se desenvolverão atividades de coordenação das ações, cadastramento e suporte inicial das vítimas e famílias afetadas, deliberações quanto à solicitação de recursos e apoio de parceiros.

Em situações que demandem suporte de parceiros, tanto na assistência às famílias, como na etapa de socorro logo após o desastre, terá seu acionamento definido pela coordenação do posto de comando, que terá um coordenador da operação de resposta.

11. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Sistema de Defesa Civil da Cidade de Olinda abrange um grande número de órgãos e setores da administração pública, demandando uma definição clara das atribuições de cada participante, para garantir a eficiência do trabalho integrado, evitando superposição de esforços e vazios de ação. O diagrama abaixo mostra os diferentes níveis de participação.



SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
(Esquema Ilustrativo)

Após a decisão formal de ativar o PLACON as seguintes ações serão desencadeadas:

11.1. Convocação do Gabinete de Crises:

O Gabinete de Crise é o local instalado, provisoriamente, para a gestão da crise e desenvolvimento das ações emergenciais nos municípios afetados por desastre. Nos casos de eventos extremos o Gabinete de Crises será instalado no auditório do palácio dos Governadores de onde saíram as decisões estratégicas de resposta ao evento anormal.

Compõe o elenco do Gabinete de Crises todas as Secretárias envolvidas nas ações emergências de resposta ao desastre.

Em seu nível estratégico funcionará com comandamento integrado de onde sairão as decisões de governo para melhor atender as comunidades afetadas e repassadas aos demais órgão instalados na sala de operações. precipitações pluviométricas ocorridas nos municípios de Olinda.

O Núcleo Estratégico de Gestão será composto pelos titulares das seguintes órgãos da administração municipal:

- Gabinete do Prefeito (Presidente)
- Gabinete do vice prefeito
- Secretaria de Governo
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria de Gestão Urbana
- Secretaria Executiva de Defesa Civil (Secretário)

Deverá ainda receber suporte da Secretaria de Comunicações que designará um porta voz que concentrará todas as informações e será responsável pelo relacionamento com a imprensa local a fim de evitar ruídos

A sala de operações será ativada no auditório do Palácio dos despachos, sede do Governo Municipal, após avaliação inicial dos efeitos e danos provocados pelos desastres relacionados com o incremento das precipitações que levarem a Decretação de Alerta máximo.

De acordo com a evolução do problema, poderão ser convidados outros órgãos na esfera Estadual ou Federal para apoiar as ações de resposta e restabelecimento da normalidade nas áreas atingidas, a exemplo das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federa e SDSL.

11.2. Atribuições e responsabilidades:

As ações de resposta a desastres se inicia sempre pelo identificação de caracterização de situação anormal face os indicadores meteorológicos, evolução do cenário de desastres, número de ocorrências solicitadas, entre outros indicadores, por deliberação pela Secretaria Executiva de Defesa Civil.

Uma vez detectado que progressivamente a situação vai evoluindo passando da condição de emergencial para desastre, o presente PLACON será acionado, onde para consecução de seus objetivos, os órgãos integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil devem passar a priorizar as ações de resposta desenvolvendo as tarefas nas áreas de sua competência, conforme descrito a seguir:

RESPOSTA	
COORDENAÇÃO: <i>NÚCLEO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE DESASTRES</i>	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	MISSÃO ESPECÍFICA
Prefeito Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar as ações de respostas a eventos extremos
Vice Prefeito	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão auxiliando nas decisões estratégicas.
SECRETARIA DE GOVERNO	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Articular com todas as secretarias municipais o fiel cumprimento das atribuições e responsabilidades contidas no Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal
Secretaria da Fazenda	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários para o cumprimento das ações contidas no Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal.
Secretaria de Gestão Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Remover os entulhos ou massas escorregadas, para permitir livre acesso nas vias públicas; • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais; • Disponibilizar equipe operacional para intensificação de ações; • Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais. • Responder pela manutenção e limpeza (exceto material de limpeza) dos abrigos; • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais; • Disponibilizar equipe operacional para intensificação de ações;

	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar as ações preventivas de desobstrução de drenagem (microdrenagem e macrodrenagem) e manutenção de escadarias; • Realizar as podas ou erradicação de árvores em situação de risco, segundo as prioridades apresentadas pela SEDEC; • Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais. •
Secretaria de Obras	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais; • Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais. • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais; • Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais.
Procuradoria Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o apoio jurídico necessário para as secretarias e profissionais envolvidos nas ações do Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal.
Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar rondas nas áreas de alto risco desocupadas temporariamente pela SEDEC/ Olinda, com o objetivo de evitar novas ocupações; • Realizar, em parceria, as demolições de edificações sob alto risco, indicadas pelos técnicos da SEDEC; • Realizar autuações em situações irregulares que aumentem ou criem risco; • Disponibilizar equipe de apoio e veículos para remoção das famílias em situação de risco e outras demandas emergenciais da SEDEC
Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar rondas nas áreas de alto risco do Sítio Histórico, desocupadas temporariamente pela SEDEC/ Olinda, com o objetivo de evitar novas ocupações; • Realizar autuações, no Sítio Histórico, em situações irregulares que aumentem ou criem risco; • Disponibilizar equipe de apoio e veículos conforme as necessidades demandadas pela SEDEC.

<p>Secretaria de Mobilidade Urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Interditar vias, por solicitação da Defesa Civil, na ocorrência de desastres e/ou para facilitar a mobilidade da equipe nos períodos de emergência; • Contribuir na ação de isolamento e evacuação nas áreas de risco, no momento do desastre; • Disponibilizar equipe de apoio e veículos de acordo com as demandas emergenciais da SEDEC.
<p>Secretaria de Segurança Cidadã</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar agentes de segurança para dar apoio em todas as ações e atividades realizadas pela SEDEC nas possíveis áreas de risco, ajudando na evacuação e isolamento das áreas afetadas; • Manter efetivo fixo nos abrigos temporários; • Apoiar a qualquer situação de conflito que porventura venham a acontecer nos abrigos com rondas realizadas pelas equipes de patrulha e moto-patrulha.
<p>Secretaria de Comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar boletins com sonora; • Agendamento de entrevistas nas rádios Comerciais e Comunitárias; • Agendamento de entrevistas com as emissoras de TV; • Divulgação/criação de peças publicitárias de esclarecimento para a população.
<p>Secretaria de Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar e agilizar Assistência Médica, através do SAMU, às vítimas de acidentes decorrentes das chuvas; • Disponibilizar vacinação para atender aos participantes da Operação Inverno; • Vistoriar e monitorar as condições higiênico-sanitárias dos locais de abrigamento temporário, a fim de garantir a salubridade ambiental; • Integrar Agentes Comunitários de Saúde - ACS para colaborar em sua área de atuação, nas ações de sensibilização e retirada de famílias em situação de risco, cadastradas pela SEDEC; • Disponibilizar Veículos para aumentar o suporte às ações da SEDEC; • Apoiar as ações da Defesa Civil, na sensibilização das famílias para retirada imediata.
<p>Desenvolvimento Social e Direitos Humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar o conteúdo do Alerta, junto aos usuários dos

	<p>equipamentos da Secretaria e junto à Rede de Assistência Social visando à prevenção de riscos e à solidariedade às famílias/pessoas vitimadas pelas chuvas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenar campanha de arrecadação de donativos; • Realizar o acolhimento/recepção das famílias nos abrigos; • Garantir o provimento e distribuição de alimentos, colchões, roupas e material de higiene pessoal; • Garantir o provimento e coordenação da distribuição de cestas básicas e roupas às famílias desalojadas; • Encaminhar para as casas de acolhida temporária às famílias em situação de vulnerabilidade social e risco, respeitando o perfil de cada uma das casas, bem como a disponibilidade de vagas; • Realizar reuniões com as famílias abrigadas para a discussão de normas básicas de convivência e de outras questões demandadas pelas mesmas; • Acompanhar as famílias abrigadas e o seu processo de reinserção social; • Plantão (noturno e diurno); • Articulação e criação de infraestrutura para implantação da brinquedoteca; • Disponibilizar donativos para às famílias afetados por desastres.
<p>Secretaria de Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de acesso às Unidades Educacionais das localidades aos desabrigados; • Participar dos encontros, no período emergencial, promovidos pela SEDC; • Receber e acompanhar as justificativas/declarações das crianças desabrigadas contempladas com o programa Bolsa Família; • Viabilizar os encontros de formação/sensibilização com gestores escolares e coordenadores pedagógicos. • Garantia de atividades pedagógicas no contra turno às crianças e jovens desabrigados;
<p>Secretaria de Esportes e Juventude</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de atividades recreativas às crianças e jovens desabrigados; • Participar dos encontros, no período emergencial, promovidos pela SEDC.

<p>- Conselho tutelar da criança e adolescente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as ações da SEDC no convencimento das famílias a serem retiradas de moradias sob risco, quando envolver crianças e adolescentes; • Acionar o Ministério Público nos casos de resistência à saída da moradia, desde que constatado o risco de vida para as crianças e adolescentes.
<p>Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDC/SGU/PMO)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Secretariar o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Encaminhar informações ao Secretário de Gestão Urbana relatando os cenários de desastres quando implicar na mudança de Estágios de monitoramento das ações de Defesa Civil em toda extensão territorial de Olinda; • Encaminhar, se necessário, relatório circunstanciado ao prefeito, para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública; • Manter o prefeito permanentemente informado das ocorrências e previsões; • Prover suporte para o funcionamento das ações do sistema de Defesa Civil; • Articular as secretarias de governo para responder às emergências; • Reunir todas as informações sobre o cenário de desastres na cidade; • Encaminhar relatório ao Secretário de Desenvolvimento Social para subsidiar a decisão de autorizar a concessão do Auxílio Moradia; • Fornecer dados sobre ocorrências de acidentes e previsões de chuvas; • Manter as esferas Estadual e Federal do Sistema de Defesa Civil informadas sobre as ocorrências; • Manter alimentado o Sistema de informações S2ID/SEDC/MDREM toda situação emergencial ou em caso de desastre; • Informar a Guarda Municipal para a proteção dos bens das famílias atingidas por acidentes ou removidas sob-

	<p>risco, quando em situação de abrigo e/ou sob atendimento da Prefeitura;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar, quando necessário, como equipe de apoio junto ao Corpo de Bombeiros nos sinistros ocorridos dentro do Município; • Articular os órgãos internos e externos da Prefeitura para atendimento às emergências de acordo com as competências. • Dar o suporte logístico de transporte, material, comunicação e equipe operacional para as ações de resposta às situações de emergência; • Gerenciar a utilização dos meios de transporte necessários ao atendimento das emergências, bem como definir áreas para manutenção dos recursos mobilizados até o momento da utilização dos mesmos.
<p>ÓRGÃOS SETORIAIS E DE APOIO (Ação Suplementar)</p>	
Secretaria Estadual de Defesa Social	Suplementar as ações de políticas públicas municipais relacionadas à garantia da ordem e à segurança pública através dos órgãos operativos, subsidiado pelo Decreto Estadual Nº 47.698, de 10 de Julho de 2019.
Secretaria da Casa Militar	Suplementar, através da Secretaria Executiva de defesa Civil do Estado as ações de prevenção, mitigação, resposta e reconstrução em apoio a Defesa Civil do município de Olinda.
COMPESA	Apoiar as ações da SEDC, no que se refere ao controle, manutenção e suspensão de fornecimento de água, em casos de vazamento ou rupturas iminentes na rede de abastecimento, que possam causar ou acentuar deslizamentos e erosão nas encostas.
CELPE	Apoiar as ações da SEDC, no que se refere ao controle, de manutenção e suspensão de fornecimento de energia elétrica, em casos de áreas vitimadas por acidentes, áreas com avaliação de acidente iminente e ainda nos casos de poda / erradicação de árvores de risco, impedida pela rede elétrica.
Bombeiros Civis	Auxiliar nas ações de resgate e socorro às pessoas afetadas atendendo orientações da SEDC/SGU/PMO

Companhia Estadual de habitação - CEHAB	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar nas ações necessárias a garantia da mobilidade nas comunidades circunvizinhas do canal da Malária, obra do Governo do Estado; • Realizar ações mitigadoras no canal da Malária evitando inundações ou agravamento de cenários nas comunidades circunvizinhas
Voluntários	Apoiar as ações desencadeadas dentro da demanda estabelecida e coordenada pela SEDC/SGU/PMO

12. AÇÕES DE EMERGÊNCIA E/OU RESPOSTA

A partir da intensificação das chuvas, os institutos meteorológicos emitem diagnósticos mensais, boletins e alertas diários. Com isso, têm início as ações de emergência ou socorro. Todavia, as atividades desenvolvidas no período da normalidade têm sua rotina modificada, em decorrência da intensificação de solicitações por parte da coordenação e da população, tais como, o tele atendimento e acompanhamento meteorológico. Dependendo da demanda são aplicadas as estratégias de socorro que serão descritas a seguir.

12.1. ESTRATÉGIA PARA O ATENDIMENTO EMERGENCIAL

12.1.1. Instalação do Sistema de Comando de Operações:

Define-se por SISTEMA DE COMANDO DE OPERAÇÕES “É uma ferramenta de gerenciamento de incidentes padronizada, para todos os tipos de sinistros e eventos, que permite a seu usuário adotar uma estrutura organizacional integrada para suprir as complexidades e demandas de incidentes únicos ou múltiplos, independente das barreiras jurisdicionais.”

O SCO é uma ferramenta de gerenciamento. Sendo assim, ele possui uma série de princípios que, colocados em prática, torna-o uma ferramenta adequada para coordenar a atuação integrada de múltiplos órgãos em situações diversas. A sua instalação pode se dá em sua totalidade ou até mesmo de forma parcial sempre compatível com a magnitude do evento e o poder de resposta do sistema municipal de defesa civil.

A correta utilização do Sistema de Comando de Incidentes vai permitir com que sejam atingidos três objetivos principais durante o atendimento de um incidente:

- A segurança dos respondedores do incidente, bem como de todas as pessoas envolvidas ou atingidas pelo evento;
- O cumprimento dos objetivos táticos definidos para o desenvolvimento das ações relacionadas ao incidente; e
- O uso eficiente dos recursos disponibilizados.

O SCO se baseia em nove princípios, que devem ser seguidos para o efetivo funcionamento da ferramenta, a saber:

- Terminologia Comum
- Alcance de Controle
- Organização Modular
- Comunicações Integradas
- Plano de Ação do Incidente
- Cadeia de Comando
- Comando Unificado
- Instalações Padronizadas
- Gerenciamento Integral dos Recursos

Portanto, o SCO é muito mais do que apenas um organograma demonstrando as funções de cada um. Existem casos relacionados a eventos múltiplos e com área afetada de grande abrangência que o emprego do SCO apresenta-se como ferramenta de fundamental importância para o sucesso da operação.

O Sistema de Comando de Operações do município de Olinda será sempre comandado pelo Secretário Executivo de Defesa Civil do município ou alguém capacitado por ele designado e poderá adotar o modelo unificado quando a natureza do desastre exigir a participação de atores especialistas que extrapolem a capacidade de resposta do órgão.

Deverá ser instalado no local de desastres observadas as particularidades do cenário, os princípios do sistema e planejamento elaborado pela SEDC/SGU/PMO, devendo os demais órgãos integrantes da administração municipal disponibilizar os recursos solicitados, exclusivamente para resposta ao evento, e por tempo

suficiente para sua desmobilização face ao restabelecimento da situação de normalidade

12.1.2. Ações de monitoramento e resposta a situações anormais:

Com o início do período de inverno, as áreas de risco passam a ser acompanhadas em uma sistemática, priorizando o atendimento emergencial. As atividades são realizadas no período mais crítico de acordo com as diretrizes definidas no plano de contingência para cada modalidade, em função do tipo de evento e sua intensidade, do número de vítimas, da estrutura da equipe de assistência e do nível de comoção.

A partir desse momento as equipes de Defesa Civil realizam ações junto às famílias em situação mais vulnerável e são dados os seguintes encaminhamentos:

- Remoção temporária para casa de parentes ou amigos, nesse caso há a doação de cestas básicas para a família que recebe a desalojada, garantindo acolhimento adequado e seguro;
- Remoção para abrigo temporário;
- Remoção e concessão do benefício do Auxílio Moradia, pressupondo que a família se deslocará para local seguro, fora do risco, a partir de Decreto.

12.1.3. Atendimento Emergencial:

A necessidade de remoção de famílias ocorre após a constatação de situação de risco, que não pode ser monitorado. Com base em critérios técnicos é iniciada a abordagem, identificando a vulnerabilidade Psicossocial das famílias afetadas ou atingidas direta ou indiretamente pelo evento adverso, sensibilizando-as e negociando sua saída para local seguro.

A partir da interface interna e externa com os órgãos parceiros do plano de contingência, são realizadas ações que garantam o atendimento às necessidades básicas de saúde e assistência dessas famílias.

Na busca do restabelecimento da integridade dos vínculos vicinais, posteriormente ao desastre é iniciado o acompanhamento periódico, visando

fortalecer os mecanismos de adaptação da comunidade à nova realidade; bem como o equilíbrio das famílias vitimadas. Para tanto, são trabalhados os diversos sentimentos acerca da autoestima, confiança, culpa e pensamentos confusos relacionados com a causa e consequência do desastre. Além de, quando necessário, apoiar a família no sentimento de luto e perda e nas ações relacionadas à realização do funeral.

Dentre as atividades específicas em caso de acidente, a equipe da Defesa Civil deve providenciar:

- Isolar e evacuar as áreas de risco;
- Definir as vias de evacuação e de controle de trânsito nas mesmas;
- Apoiar a ação de socorro do Corpo de Bombeiros e do SAMU;
- Remover famílias afetadas pelo desastre para abrigos e/ou casa de parentes e amigos;
- Decretar situação de emergência e/ou estado de calamidade pública, se necessário.

ATIVIDADES PREVENTIVAS ASSISTENCIAIS DE ABRIGAMENTO

A política de abrigo definida da cidade de Olinda garante às famílias sujeitas a um acidente iminente a remoção de sua residência para local seguro pela equipe técnica da SEDC. Para os grupos que não têm alternativa imediata de moradia é providenciado um local de abrigo temporário. Para tal, a SEDC tem como propósito:

- Identificar espaços em cada território, conjuntamente com os integrantes do plano de contingência, que servirão para alojar famílias em situação de risco ou vulnerabilidade, até a inclusão no auxílio moradia ou retorno à moradia original;
- Instalar e estruturar abrigos coletivos, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, para alojar as famílias ribeirinhas e algumas famílias das áreas de morro, em decorrência da enchente ou de chuvas intensas;
- Participar da coordenação colegiada dos abrigos;
- Definir, conjuntamente com os integrantes do plano de contingência, encaminhamentos e procedimentos da avaliação técnica visando reduzir o tempo de abrigo;
- Identificar a existência de parentes para acolhimento temporário à família em risco,

viabilizando junto a Assistência Social a concessão de cestas básicas periodicamente, no período do inverno;

- Viabilizar junto a Assistência Social o abrigo temporário das famílias vitimadas por deslizamentos, enchentes ou inundações bruscas.

A assistência na atuação da Defesa Civil se faz através de um conjunto de ações destinadas ao atendimento de pessoas afetadas por desastres ou em estado de vulnerabilidade física e social vitimadas, objetivando a redução dos impactos causados pela situação de emergência ou acidente (deslizamento, enxurrada e alagamento), buscando garantir o atendimento das necessidades básicas, o respeito aos direitos de convivência familiar e comunitária saudável, a qualidade de vida, o acesso à informação e aos demais serviços públicos.

Essas ações são realizadas simultaneamente ou logo após o acidente, compreendendo as atividades de logística, de assistência e de promoção à saúde.

ATIVIDADES DE LOGÍSTICA

- Coordenar os abrigos temporários;
- Garantir o suprimento de água potável e provisão de alimentos;
- Garantir o suprimento de roupas, agasalhos, colchões e etc.;
- Coordenar as mudanças das famílias desabrigadas e/ou desalojadas;
- Garantir a infraestrutura para o desenvolvimento das atividades de assistência e socorro.

ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM GERAL

- Acompanhamento às famílias desalojadas e/ou desabrigadas até o retorno das mesmas a sua residência;
- Fazer Triagem socioeconômica e cadastramento das famílias desalojadas ¹ e/ou desabrigadas ²;
- Deflagrar campanhas para obtenção de donativos para os desabrigados (roupas, alimentos, utensílios, etc.);
- Encaminhar as famílias em situação de vulnerabilidade aos órgãos de assistência competentes;
- Estabelecer um canal direto de comunicação com os desabrigados;
- Definir uma programação de recebimento e distribuição dos donativos.

ATIVIDADES DE PROMOÇÃO À SAÚDE

- Acionar serviço médico especializado e acompanhamento permanente aos desabrigados;
- Limpeza e higienização dos abrigos temporários;
- Solicitar a vigilância sanitária para o controle de vetores, pragas e hospedeiros

13. IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Preliminarmente cabe destacar o pensamento do assessor de Comunicação Social do Estado do Rio de Janeiro acerca da temática:

"A Comunicação eficiente proporciona reflexão, antecipação de situações e mobilização. É pela força do bom relacionamento e da informação bem cuidada que se criam oportunidades, sempre com foco na imagem e na reputação".

É interessante perceber que o modelo tradicional de Sistema de Comando de Operações - SCO contempla uma série de aspectos que dizem respeito à integração da comunicação em situações críticas e postula princípios e competências necessárias para o desenvolvimento de algumas funções.

O gerenciamento integrado de informações e inteligência prevê a captação, análise e disseminação das informações (dados meteorológicos, socioeconômicos e culturais, esclarecimento sobre as causas dos acidentes etc.) de modo a permitir que a coordenação do SCO esteja respaldada em dados precisos e confiáveis, mas possa transmiti-los com precisão para os públicos de interesse envolvidos (comunidade, autoridades, imprensa etc.). Um das funções previstas no SCO é a de informação ao público e o sistema adotado em nosso país (que repete experiências de outros lugares) incorpora a figura do "coordenador de informações ao público"

que tem como principais atribuições (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010, p.42-3):

- Obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- Produzir informes sobre a situação crítica e a operação, tão logo quanto possível;
- Estabelecer locais e horários para a divulgação das informações;
- Assumir pessoalmente ou identificar alguém preparado para ser o porta-voz da operação (pessoa que fala sobre o evento na mídia);
- Estabelecer contatos regulares com a mídia para fins de disseminação de informações;
- Observar as restrições para a divulgação de informações estabelecidas pelo comando da operação;
- Obter a aprovação dos informes antes de divulgados na mídia;
- Organizar coletivas e intermediar o contato do comando com integrantes da imprensa em geral; e
- “Controlar o acesso de integrantes da mídia na área de operações.”

Para o jornalista e ex-assessor de comunicação da Defesa Civil SC, Paulo Cesar Santos, jornalistas têm que conhecer as regras que não dependem apenas do Estado e ou municípios e que devem estar atentos a possíveis fenômenos, antes, durante e depois.

“A Lei 12.983 prevê a participação de instituições não governamentais, como iniciativa privada e os veículos de imprensa, mas há desinteresse”.

Já para o assessor de comunicação da Defesa Civil SC, Cleiton Ferrasso, o aumento de usuários de redes sociais facilita a busca de informações, porém, deve ser buscada em órgãos oficiais.

“Da mesma forma que a internet possibilita uma informação rápida, deve se atentar nas informações de órgãos do governo”.

Assim destaca-se o importante papel do porta voz do SCO que ficará a cargo de funcionário designado pelo Secretário de Imprensa do município

Responsável pela Atualização:

VALDY JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Executivo de Defesa Civil

ANEXO 1

(PLANO DE CHAMADA)

PLANO DE CHAMADA

RESPOSTA	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	REPRESENTANTES
Prefeito Municipal	Lupércio Carlos do Nascimento (Professor Lupércio)
Vice Prefeito	Márcio Antony Domingos Botelho
SECRETARIA DE GOVERNO	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria da Fazenda	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Gestão Urbana	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Obras	TITULAR:
	SUPLENTE:
Procuradoria Municipal	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Mobilidade Urbana	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Segurança Cidadã	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Comunicação	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria de Saúde	TITULAR:
	SUPLENTE:
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	TITULAR:

	SUPLENTE:
Secretaria de Educação, Esportes e Juventude	TITULAR:
	SUPLENTE:
- Conselho tutelar da criança e adolescente	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC/SGU/PMO)	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria Estadual de Defesa Social	TITULAR:
	SUPLENTE:
Secretaria da Casa Militar	TITULAR:
	SUPLENTE:
- COMPESA	TITULAR:
	SUPLENTE:
- CELPE	TITULAR:
	SUPLENTE:
- Bombeiros Civis	TITULAR:
	SUPLENTE:
- Companhia Estadual de habitação - CEHAB	TITULAR:
	SUPLENTE:

ANEXO 2

(RELAÇÃO DOS SETORES DE RISCO)

RPA	Bairro	Localidade	Código dos Setores	Nº de Setores de Risco	Nº de Setores por Grau de Risco			
					R1	R2	R3	R4
1	Alto Sol Nascente	Rua Tradição	ASN	3	1	0	2	0
		Avenida Pirâmides	APD	2	1	0	1	0
	Alto da Bondade	Mário Juruna	MJN	5	2	2	1	0
		Rua Santa Rosa	RSR	5	1	2	1	1
		Travessa Bermudas	TBM	3	1	2	0	0
	Caixa D'Água	Córrego do Abacaxi	ABX	10	3	3	3	1
		Rua General Sampaio	RGS	6	1	2	1	2
		Rua Gomes	RGM	2	1	1	0	0
		Rua Tomás Comber	RTC	5	1	1	2	1
	Passarinho	Córrego do Passarinho	CPH	4	1	1	2	0
		Rua Anatércio Holanda	RAH	5	1	0	3	1
		Rua da Comunicação	RCM	3	1	0	1	1
		Alto Cajueiro	ACJ	6	1	3	2	0
		Alto da Macaíba	AMB	5	1	4	0	0
		Alto Nova Olinda	ANO	7	1	3	2	1
		Rua Bernardino de Melo	RBM	3	0	1	0	2
		Córrego do Aureliano	CAU	6	2	2	2	0
		Córrego do Nôzinho	CDN	3	1	2	0	0
		Córrego do Abacate	ABT	4	0	1	3	0
		Rua Campo Alegre	RCA	3	2	0	1	0
		Rua da Quartinha	RQT	3	1	1	1	0
		Sapucaia de Dentro	SDD	6	1	2	3	0
		Jatobá 1	JB1	6	1	0	5	0
		Rua Algodoeiro	RAL	4	1	2	1	0
		Alto do Monte	AMO	2	1	0	1	0
		Rua da Macaíba	RMB	2	1	1	0	0
	Rua Alto do Rosario	RSO	3	1	1	1	0	
Cidade Tabajara	CTB	6	2	0	3	1		
TOTAL				122	32	37	42	11

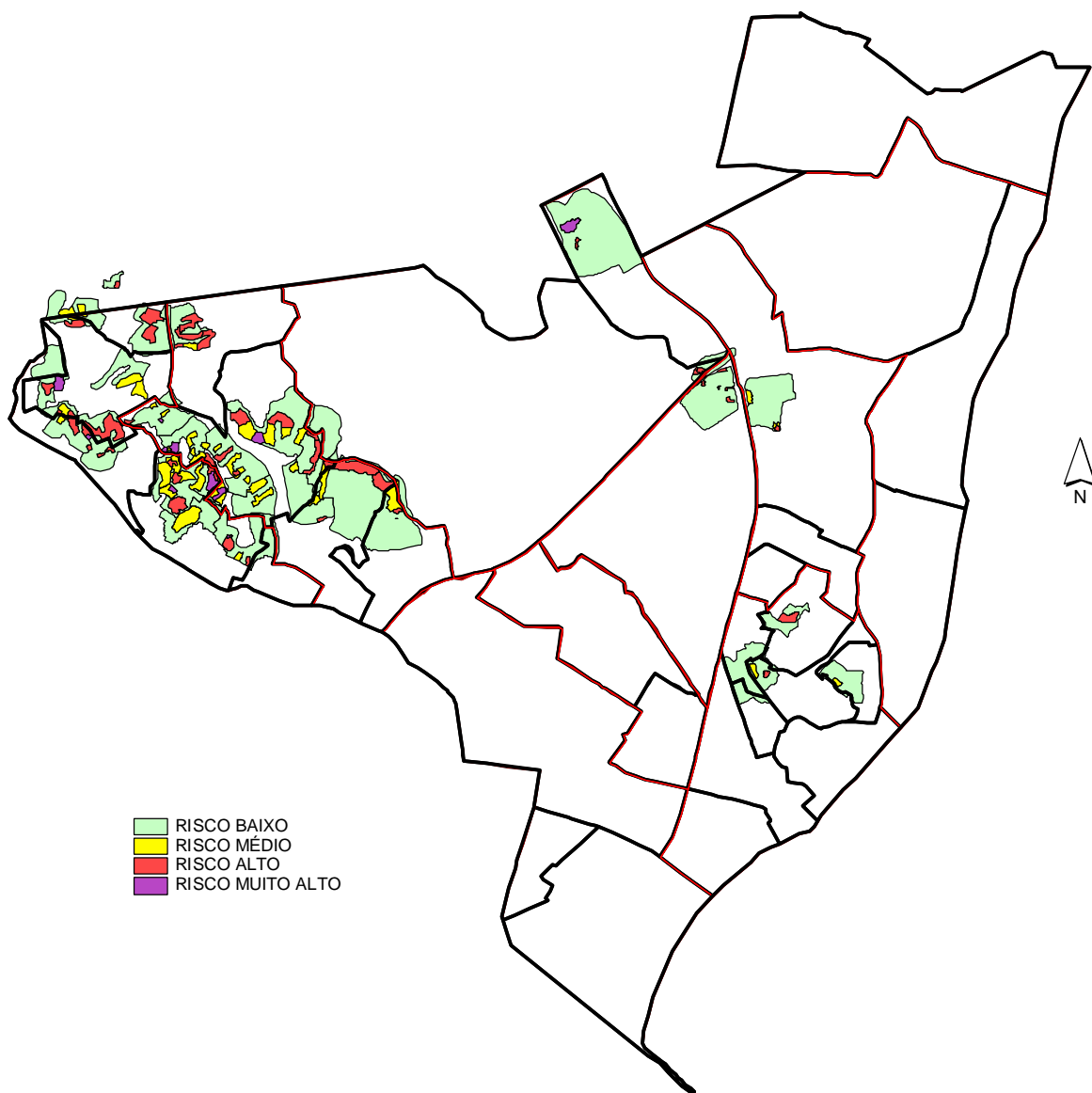
Setores por grau de risco. Fonte - Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda.

ANEXO 3

(MAPA DAS ÁREAS DE RISCO)

SETORES DE RISCO:

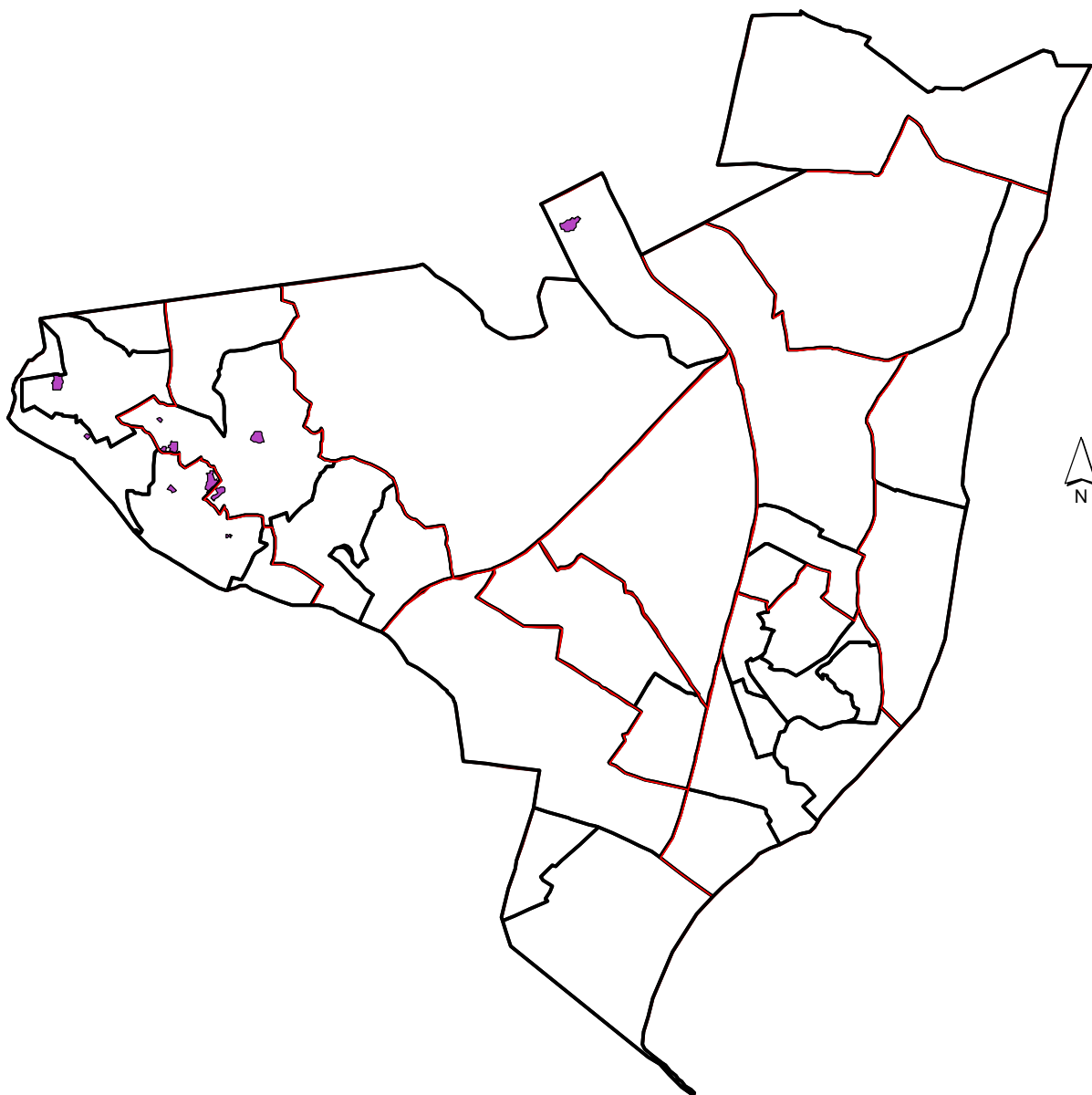
TOTAL DE SETORES: 122



FONTE: Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda

SETORES DE RISCO MUITO ALTO:

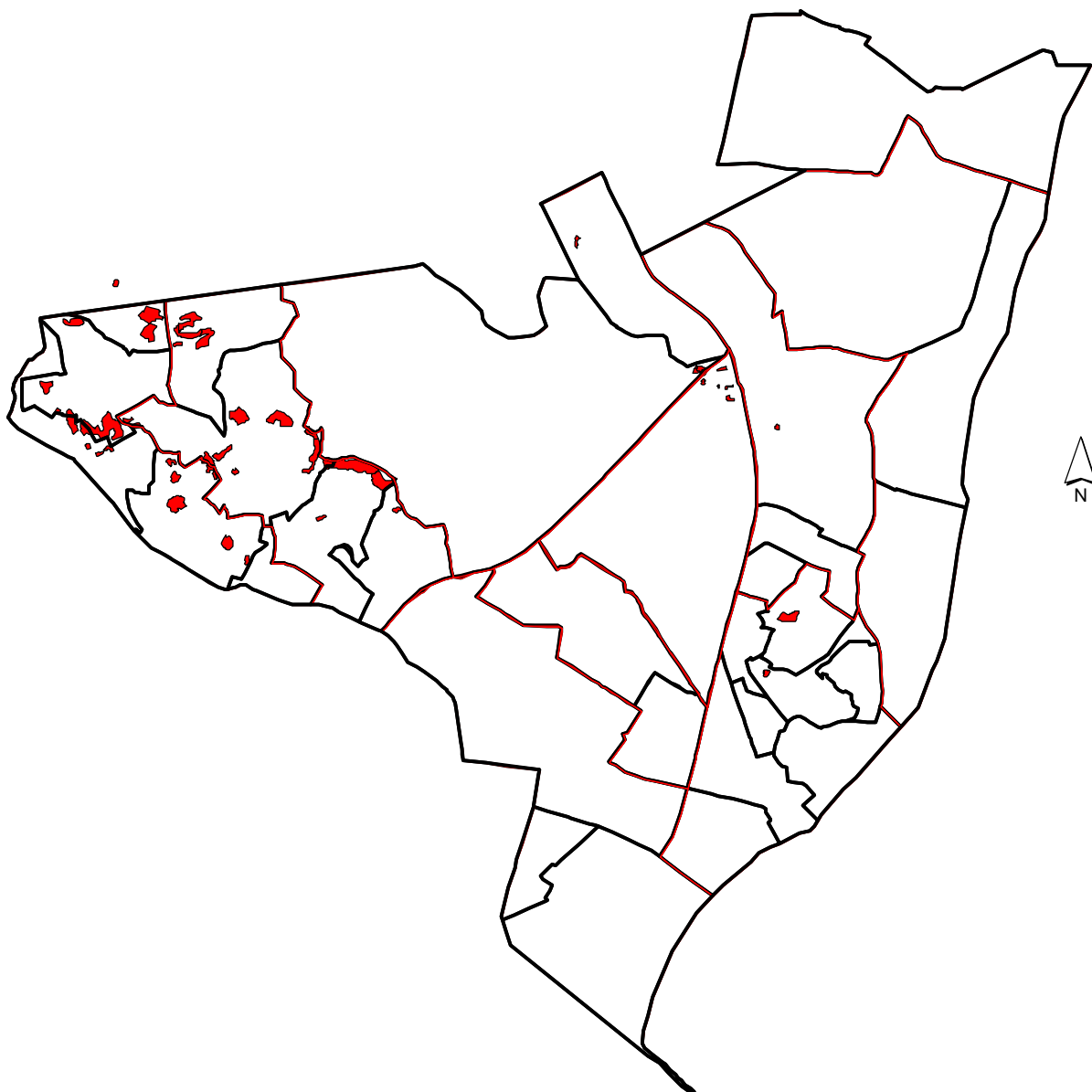
TOTAL DE SETORES: 32



FONTE: Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda

SETORES DE RISCO ALTO:

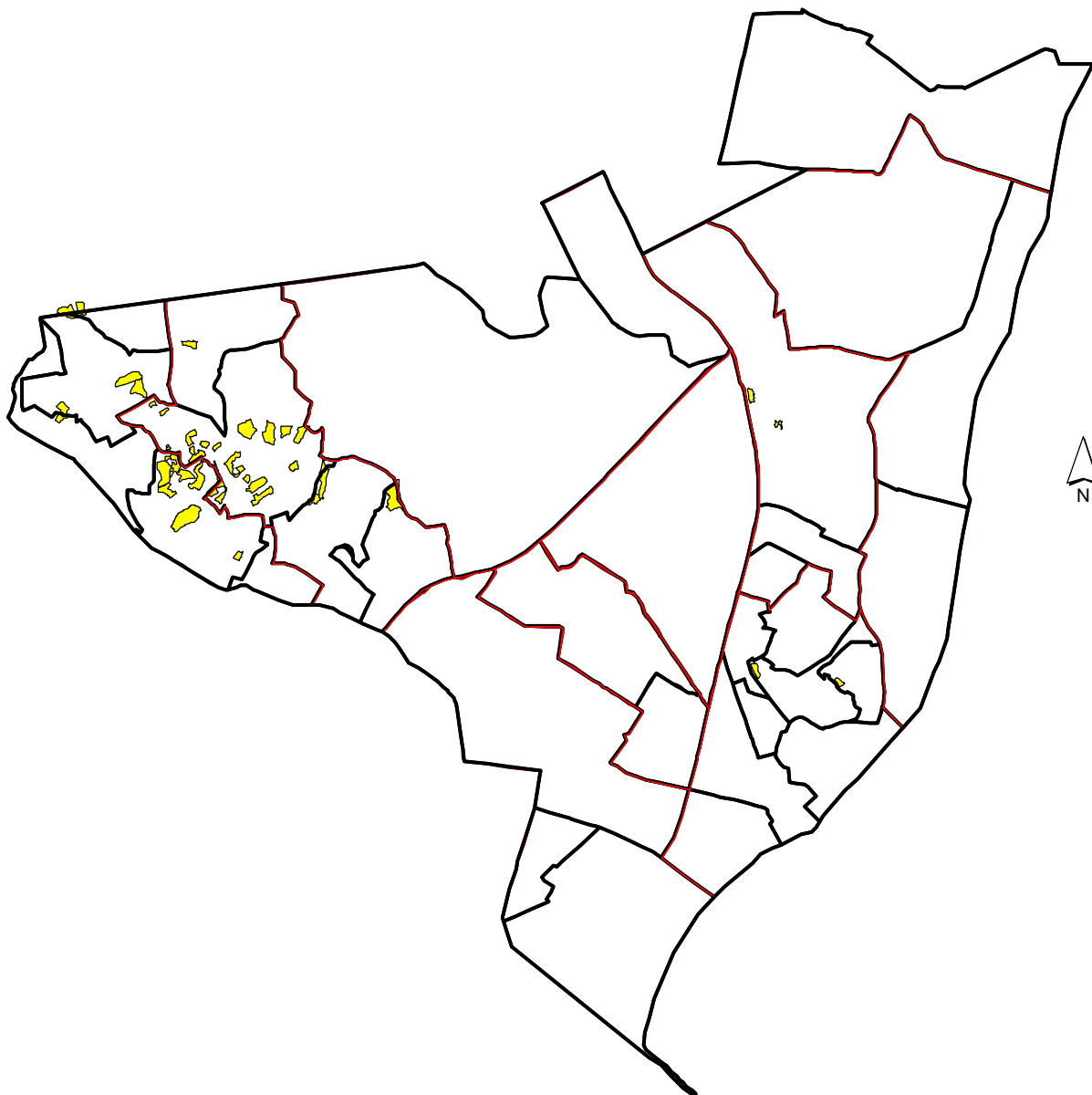
TOTAL DE SETORES: 37



FONTE: Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda

SETORES DE RISCO MÉDIO:

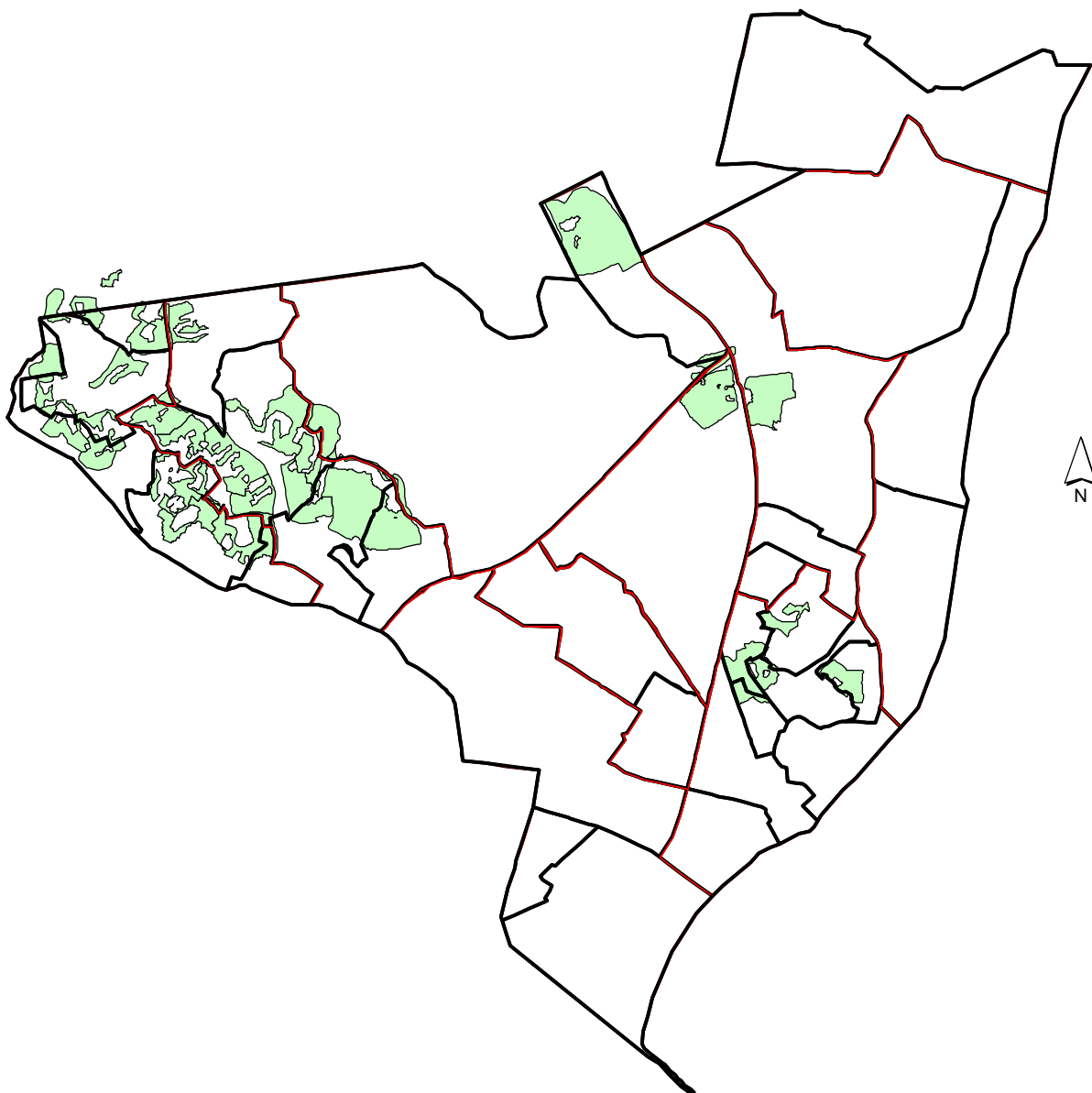
TOTAL DE SETORES: 42



FONTE: Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda

SETORES DE RISCO BAIXO:

TOTAL DE SETORES: 11



FONTE: Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Olinda

ANEXO 4

(LISTAGEM DE ABRIGAMENTO TEMPORÁRIO)

TIPO DE EQUIPAMENTO	NOME DO EQUIPAMENTO	ENDEREÇO
ESCOLA	ESCOLA PASTOR DAVID	AV. HAMURABI, 1 - ALTO DA BONDADE
ESCOLA	ESCOLA ALBERTO TORRES	R. TIJUCA, 74 - ÁGUAS COMPRIDAS
ESCOLA	ESCOLA ANTÔNIO CORREIA	RUA DA TIJUCA ALTO JARDIM CONQUISTA ÁGUAS COMPRIDAS
ESCOLA	ESCOLA VEREADOR JOSÉ MENDES	ESTRADA DO PASSARINHO, 1658 - PASSARINHO
ESCOLA	ESCOLA ISABEL BURITI	AV. BRASIL - RIO DOCE
ESCOLA	ESCOLA CLEIDE BETÂNIA	R. AUSTRÁLIA, 113 - ÁGUAS COMPRIDAS
ESCOLA	ESCOLA CLAUDINO LEAL	AV. POTIGUAR - TABAJARA

Tabela 3: Lista de abrigamento temporários.

ANEXO 5

(FORMULÁRIO DE RECURSOS DISPONÍVEIS)



 <p>OLINDA PREFEITURA MUNICIPAL MAIS CONQUISTAS PARA TODOS</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO URBANA SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA CIVIL</p>	
<p>FORMULÁRIO DE RECURSOS DISPONÍVEIS - PLANO DE CONTINGÊNCIA 2023</p>		
<p>1. Possui quadro técnico? Se sim, quantos engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, técnicos sociais e técnicos de edificação?</p>		
<p>SIM () NÃO (); ENGENHEIROS () ARQUITETOS () TÉCNICOS DE EDIFICAÇÃO () ASSISTENTES SOCIAIS () TÉCNICOS SOCIAIS ()</p>		
<p>2. Possui quadro operacional?</p>		
<p>SIM () NÃO (); QUANTOS ()</p>		
<p>3. O quadro operacional possui EPI (farda, bota e luva)?</p>		
<p>SIM () NÃO (); Obs.:</p>		
<p>4. A secretaria possui ferramentas?</p>		
<p>FACÃO () ALAVANCA () FOICE () ESTROVENGA () PÁ () ENXADA () ENXADECO () CORDA () ALICATE () PÉ DE CABRA () MARRETA DE 2 KG () 3 KG () 5 KG ()</p>		
<p>5. Qual a frota da secretaria?</p>		
<p>HATCH OU SEDAN () VAN OU MINIVAN () PICAPE () CAMINHÃO () QUE TIPO ()</p>		
<p>RECURSOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO NA ATIVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL</p>		
<p>6. Quantos engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, técnicos sociais e técnicos de edificação serão disponibilizados?</p>		
<p>ENGENHEIROS () ARQUITETOS () TÉCNICOS DE EDIFICAÇÃO () ASSISTENTES SOCIAIS () TÉCNICOS SOCIAIS ()</p>		
<p>7. Quantos operacionais serão disponibilizados?</p>		
<p>QUANTOS ()</p>		
<p>8. Qual o quantitativo de EPI (farda, bota e luva) que poderá ser fornecido?</p>		
<p>FARDA () BOTINA COM OU SEM BIQUEIRA () BOTA PVC CANO MÉDIO () LUVA ()</p>		
<p>9. Quantas ferramentas poderão ser fornecidas?</p>		
<p>FACÃO () ALAVANCA () FOICE () ESTROVENGA () PÁ () ENXADA () ENXADECO () CORDA () ALICATE () PÉ DE CABRA () MARRETA DE 2 KG () M 3 KG () M 5 KG ()</p>		
<p>10. Qual a frota que poderá ser fornecida com motorista?</p>		
<p>HATCH OU SEDAN () VAN OU MINIVAN () PICAPE () CAMINHÃO () QUE TIPO ()</p>		
<p>Olinda, _____ de _____ de 2023</p>		
<p>ÓRGÃO INFORMANTE: _____</p>		
<p>RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: _____</p>		

Figura 2: Formulário de recursos disponíveis

ANEXO 6 (COBRADE)

CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES (COBRADE)



COMO IDENTIFICAR O NÚMERO RESPECTIVO À TIPOLOGIA COBRADE

Exemplo:












1. NATURAIS

1. GEOLÓGICO

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Terremoto	1. Tremor de Terra	0	Vibrações do terreno que provocam oscilações verticais e horizontais na superfície da Terra (ondas sísmicas). Pode ser natural (tectônica) ou induzido (explosões, injeção profunda de líquidos e gás, extração de fluidos, alívio de carga de minas, enchimento de lagos artificiais).	1.1.1.1.0	
	2. Tsunami	0	Série de ondas geradas por deslocamento de um grande volume de água causado geralmente por terremotos, erupções vulcânicas ou movimentos de massa.	1.1.1.2.0	






SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRARDE	SIMBOLOGIA
2. Emanação Vulcânica	0	0	Produtos/materiais vulcânicos lançados na atmosfera a partir de erupções vulcânicas.	1.1.2.0.0	
3. Movimentos de Massa	1. Quedas, tombamentos e rolamentos	1. Blocos	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorrem geralmente pela perda de apoio (descaçamento).	1.1.3.1.1	
		2. Lascas	As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.2	
		3. Matacões	Os rolamentos de matacões são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.	1.1.3.1.3	
		4. Lajes	As quedas de lajes são movimentos rápidos e acontecem quando fragmentos de rochas extensas de superfície mais ou menos plana e de pouca espessura se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.4	
	2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e /ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, o primeiro sinal desses movimentos é a presença de fissuras.	1.1.3.2.1	

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRARDE	SIMBOLOGIA	
3. Movimentos de Massa	3. Corridas de massa	1. Solo/Lama	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.1		
		2. Rocha/Detrito	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrito, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.2		
	4. Subsidências e Colapsos	0	Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades, redução da porosidade do solo ou deformação de material argiloso.	1.1.3.4.0		
4. Erosão	1. Erosão Costeira/ Marinha	0	Processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés.	1.1.4.1.0		
	2. Erosão de Margem Fluvial	0	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.	1.1.4.2.0		
	3. Erosão Continental	1. Laminar		Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado.	1.1.4.3.1	
		2. Ravinas		Evolução, em tamanho e profundidade, da desagregação e remoção das partículas do solo de sulcos provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.	1.1.4.3.2	
		3. Boçorocas		Evolução do processo de ravinamento, em tamanho e profundidade, em que a desagregação e remoção das partículas do solo são provocadas por escoamento hídrico superficial e subsuperficial (escoamento frático) concentrado.	1.1.4.3.3	




1. NATURAIS









2. HIDROLÓGICO

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Inundações	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	
2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco de calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	
3. Alagamentos	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0	

1. NATURAIS





3. METEOROLÓGICO

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Sistemas de grande escala/Escala regional	1. Ciclones	1. Ventos costeiros (mobilidade de dunas)	Intensificação dos ventos nas regiões litorâneas, movimentando dunas de areia sobre construções na orla.	1.3.1.1.1	
		2. Marés de tempestade (ressaca)	São ondas violentas que geram uma maior agitação do mar próximo à praia. Ocorrem quando rajadas fortes de vento fazem subir o nível do oceano em mar aberto e essa intensificação das correntes marítimas carrega uma enorme quantidade de água em direção ao litoral. Em consequência, as praias inundam, as ondas se tornam maiores e a orla pode ser devastada alagando ruas e destruindo edificações.	1.3.1.1.2	
	2. Frentes frias/Zonas de convergência	0	Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	1.3.1.2.0	

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA	
2. Tempestades	1. Tempestade local/ Convectiva	1. Tornados	Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical. Essa coluna de ar pode percorrer vários quilômetros e deixa um rastro de destruição pelo caminho percorrido.	1.3.2.1.1		
		2. Tempestade de raios	Tempestade com intensa atividade elétrica no interior das nuvens, com grande desenvolvimento vertical.	1.3.2.1.2		
		3. Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3		
		4. Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4		
		5. Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5		
3. Temperaturas Extremas	1. Onda de Calor	0	É um período prolongado de tempo excessivamente quente e desconfortável, onde as temperaturas ficam acima de um valor normal esperado para aquela região em determinado período do ano. Geralmente é adotado um período mínimo de três dias com temperaturas 5°C acima dos valores máximos médios.	1.3.3.1.0		
		2. Onda de Frio	1. Friagem	Período de tempo que dura, no mínimo, de três a quatro dias, e os valores de temperatura mínima do ar ficam abaixo dos valores esperados para determinada região em um período do ano.	1.3.3.2.1	
			2. Geadas	Formação de uma camada de cristais de gelo na superfície ou na folhagem exposta.	1.3.3.2.2	






1. NATURAIS

4. CLIMATOLÓGICO

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA	
1. Seca	1. Estiagem	0	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0		
	2. Seca	0	A seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.	1.4.1.2.0		
	3. Incêndio Florestal	1.	Incêndios em parques, áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente nacionais, estaduais ou municipais	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.	1.4.1.3.1	
		2.	Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar.	1.4.1.3.2	
4. Baixa umidade do ar		0	Queda da taxa de vapor de água suspensa na atmosfera para níveis abaixo de 20%.	1.4.1.4.0		

1. NATURAIS

5. BIOLÓGICO

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Epidemias	1. Doenças infecciosas virais	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0	
	2. Doenças infecciosas bacterianas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por bactérias.	1.5.1.2.0	
	3. Doenças infecciosas parasíticas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por parasitas.	1.5.1.3.0	
	4. Doenças infecciosas fúngicas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por fungos.	1.5.1.4.0	
2. Infestações/ Pragas	1. Infestações de animais	0	Infestações por animais que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.1.0	
	2. Infestações de algas	1. Marés Vermelhas	Aglomeração de microalgas em água doce ou em água salgada suficiente para causar alterações físicas, químicas ou biológicas em sua composição, caracterizada por uma mudança de cor, tornando-se amarela, laranja, vermelha ou marrom.	1.5.2.2.1	
		2. Cianobactérias em reservatórios	Aglomeração de cianobactérias em reservatórios receptores de descargas de dejetos domésticos, industriais e/ou agrícolas, provocando alterações das propriedades físicas, químicas ou biológicas da água.	1.5.2.2.2	
	3. Outras infestações	0	Infestações que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.3.0	

2. TECNOLÓGICOS


1. DESASTRES RELACIONADOS A SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Desastres siderais com riscos radioativos	1. Queda de satélite (radionuclídeos)	0	Queda de satélites que possuem, na sua composição, motores ou corpos radioativos, podendo ocasionar a liberação deste material.	2.1.1.1.0	
2. Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares	1. Fontes radioativas em processos de produção	0	Escapamento acidental de radiação que excede os níveis de segurança estabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 da CNEN.	2.1.2.1.0	
3. Desastres relacionados com riscos de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos	1. Outras fontes de liberação de radionuclídeos para o meio ambiente	0	Escapamento acidental ou não acidental de radiação originária de fontes radioativas diversas e que excede os níveis de segurança estabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 e NN3.01/011:2011 da CNEN.	2.1.3.1.0	

2. TECNOLÓGICOS



2. DESASTRES RELACIONADOS A PRODUTOS PERIGOSOS

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos	1. Liberação de produtos químicos para a atmosfera causada por explosão ou incêndio	0	Liberação de produtos químicos diversos para o ambiente, provocada por explosão/incêndio em plantas industriais ou outros sítios.	2.2.1.1.0	
2. Desastres relacionados à contaminação da água	1. Liberação de produtos químicos nos sistemas de água potável	0	Derramamento de produtos químicos diversos em um sistema de abastecimento de água potável, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas, biológicas.	2.2.2.1.0	
	2. Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial, marinho e aquífero	0	Derramamento de produtos químicos diversos em lagos, rios, mar e reservatórios subterrâneos de água, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas e biológicas.	2.2.2.2.0	
3. Desastres relacionados a conflitos bélicos	1. Liberação de produtos químicos e contaminação como consequência de ações militares	0	Agente de natureza nuclear ou radiológica, química ou biológica, considerado como perigoso, e que pode ser utilizado intencionalmente por terroristas ou grupamentos militares em atentados ou em caso de guerra.	2.2.3.1.0	

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
4. Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos	1. Transporte rodoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal rodoviário.	2.2.4.1.0	
	2. Transporte ferroviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal ferroviário.	2.2.4.2.0	
	3. Transporte aéreo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aéreo.	2.2.4.3.0	
	4. Transporte dutoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal dutoviário.	2.2.4.4.0	
	5. Transporte marítimo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal marítimo.	2.2.4.5.0	
	6. Transporte aquaviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aquaviário.	2.2.4.6.0	



2. TECNOLÓGICOS

3. DESASTRES RELACIONADOS A INCÊNDIOS URBANOS

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Incêndios urbanos	1. Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos	0	Propagação descontrolada do fogo em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.	2.3.1.1.0	
	2. Incêndios em aglomerados residenciais	0	Propagação descontrolada do fogo em conjuntos habitacionais de grande densidade.	2.3.1.2.0	

2. TECNOLÓGICOS

4. DESASTRES RELACIONADOS A OBRAS CIVIS

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Colapso de edificações	0	0	Queda de estrutura civil.	2.4.1.0.0	
2. Rompimento/colapso de barragens	0	0	Rompimento ou colapso de barragens.	2.4.2.0.0	

2. TECNOLÓGICOS

5. DESASTRES RELACIONADOS A TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS NÃO PERIGOSAS

SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. Transporte rodoviário	0	0	Acidente no modal rodoviário envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.1.0.0	
2. Transporte ferroviário	0	0	Acidente com a participação direta de veículo ferroviário de transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.2.0.0	
3. Transporte aéreo	0	0	Acidente no modal aéreo envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.3.0.0	
4. Transporte marítimo	0	0	Acidente com embarcações marítimas destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.4.0.0	
5. Transporte aquaviário	0	0	Acidente com embarcações destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.5.0.0	

ANEXO 7 FORMULÁRIOS S2ID (FIDE - DMATE)

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC



Formulário de Informações do Desastre – FIDE

1. Identificação

UF:		Município:	
População (Habitantes):	PIB (Anual):	Orçamento (Anual):	Arrecadação (Anual):
	R\$	R\$	R\$
Receita Corrente Líquida – RCL			
Total Anual: R\$		Média Mensal: R\$	

2. Tipificação

COBRADE	Denominação (Tipo ou Subtipo)

3. Data de Ocorrência

Dia	Mês	Ano	Horário

4. Área Afetada/Tipo de Ocupação

	Não Existe/ Não Afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural
Residencial				
Comercial				
Industrial				
Agrícola				
Pecuária				
Extrativismo Vegetal				
Reserva Florestal ou APA				
Mineração				
Turismo e Outras				

Descrição das Áreas Afetadas (Especificar se Urbana e/ou Rural):

5. Causas e Efeitos do Desastre - Descrição do Evento e Suas Características:

6. Danos Humanos, Materiais ou Ambientais

6.1 – Danos Humanos	Tipo	Nº de Pessoas
	Mortos	
	Feridos	
	Enfermos	
	Desabrigados	
	Desalojados	
	Desaparecidos	
	Outros Afetados	
Total de Afetados		

Descrição dos Danos Humanos:

6.2 – Danos Materiais	Tipo	Quantidade s Destruídas	Quantidade s Danificadas	Valor (R\$)
	Unidades Habitacionais			
	Instalações Públicas de Saúde			
	Instalações Públicas de Ensino			
	Instalações Públicas Prestadoras de Outros Serviços			
	Instalações Públicas de Uso Comunitário			
Obras de Infraestrutura Pública				

Descrição dos Danos Materiais:

6.3 – Danos Ambientais	Tipo	População do Município Atingida
	Contaminação do Ar	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Contaminação da Água	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Contaminação do Solo	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Diminuição ou Exaurimento Hídrico	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Incêndio em Parques, APA's ou APP's	Área Atingida
		() Até 40% () Mais de 40%
Descrição dos Danos Ambientais:		

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados

7.1 – Prejuízos Econômico s Públicos	Serviços Essenciais Prejudicados	Valor Para Restabelecimento (R\$)
	Assistência Médica, Saúde Pública e Atendimento de Emergências	
	Abastecimento de Água Potável	
	Esgoto de Águas Pluviais e Sistema de Esgotos Sanitários	
	Sistema de Limpeza Urbana e de Recolhimento e Destinação do Lixo	
	Sistema de Desinfestação/Desinfecção do Habitat/Controle de Pragas	
	Geração e Distribuição de Energia Elétrica	
	Telecomunicações	

	Transportes Locais, Regionais e de Longo Curso	
	Distribuição de Combustíveis, Especialmente os de Uso Doméstico	
	Segurança Pública	
	Ensino	
	Valor Total dos Prejuízos Públicos	

Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:

	Setores da Economia	Valor (R\$)
7.2 – Prejuízos Econômico s Privados	Agricultura	
	Pecuária	
	Indústria	
	Comércio	
	Serviços	
	Valor Total dos Prejuízos Privados	

Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:

8. Instituição Informante

Nome da Instituição:		Nome do Responsável:			
Endereço:					
CEP:					
E-mail:					
Cargo:	Assinatura e Carimbo	Telefones:	Dia	Mês	Ano
		() ()			

9. Instituições Informadas

	SIM	NÃO
Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil		
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec		

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar
CEP: 70.067-901 - Brasília/DF
Telefone Plantão: 0800 644 0199

DEFESA CIVIL BRASIL				SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC				
DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE								
Município:						UF:		
1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:						SIM	NÃO	
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público								
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal								
Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre								
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados								
Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:								
2. Informações Relevantes sobre o desastre								
HISTÓRICO DE DESASTRE						SIM	NÃO	
Este tipo de evento já ocorreu anteriormente								
Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente								
Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial								
3. Informações sobre capacidade gerencial do Município								
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL						SIM	NÃO	
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município								
O município possui COMDEC ou órgão correspondente								
Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido								
Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município								
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual								
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA								
Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal								
Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre								
4. Medidas e Ações em curso: Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.								
4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.								
PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS						S/N	NA	QUANT.
Apoio a Saúde e Saúde Pública								
Avaliação de Danos								
Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)								
Assistência médica								
Busca, resgate e salvamento								
Segurança pública								
Ajuda humanitária								
Promoção, assistência e comunicação social								
Outros								

Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	S/N	NA	QUANT.
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte			
Equipamentos e Máquinas			
Água Potável/ Alimentos/Medicamentos			
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)			
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores			
Outros			

Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.

4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R\$)
Oriundos de Fonte Orçamentária Municipal			
Oriundos de Fonte Extra orçamentária Municipal			
Oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG			
Oriundos de Outras fontes			

Descrever e/ou detalhar

5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil:

Telefone: ()

Celular: ()

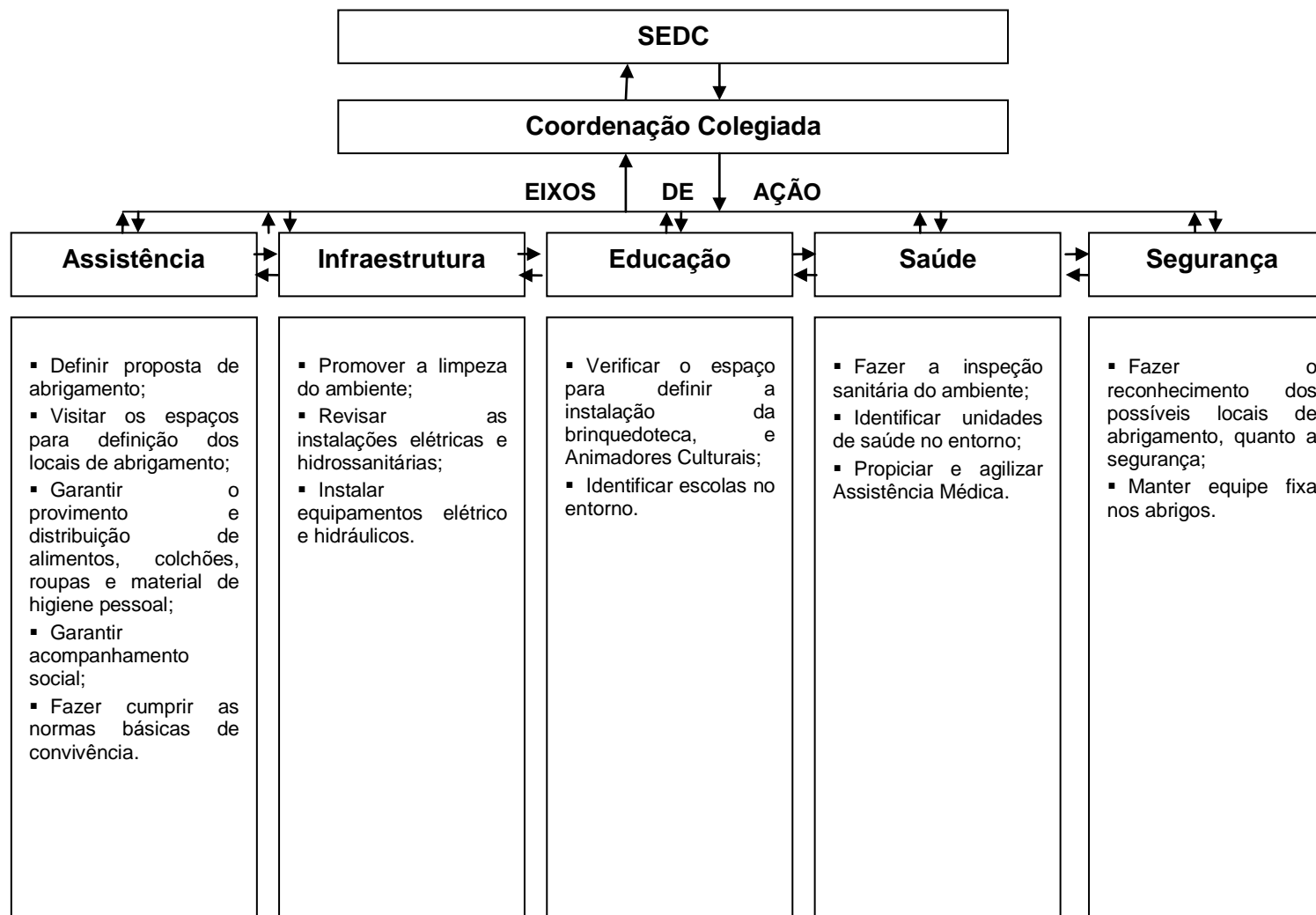
Fax: ()

E-mail:

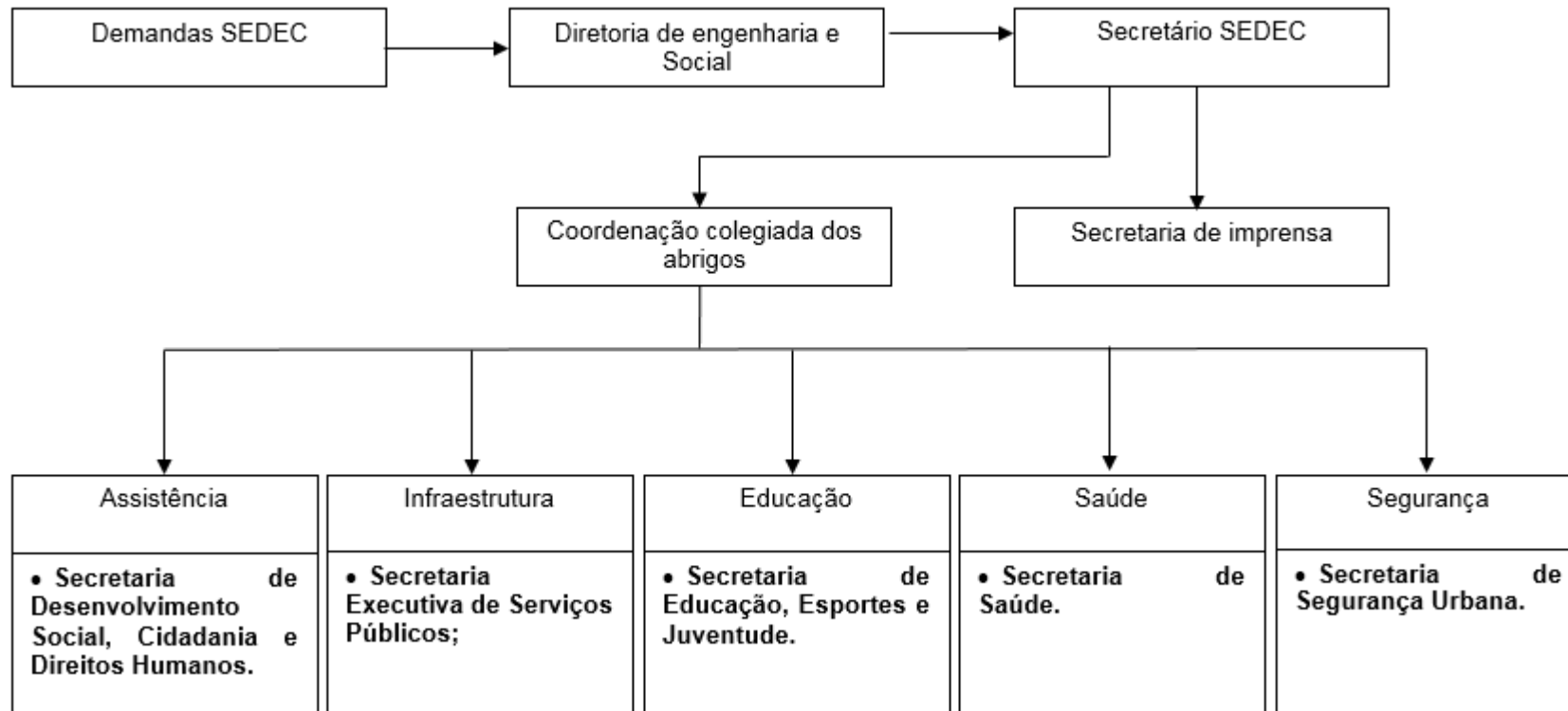
Local e Data : _____, _____ de _____ de 20__

ANEXO 8 (FLUXOGRAMAS)

FLUXO – FASE DE PREPARAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DOS ABRIGOS PÚBLICOS



FLUXOGRAMA – FUNCIONAMENTO DOS ABRIGOS PÚBLICOS



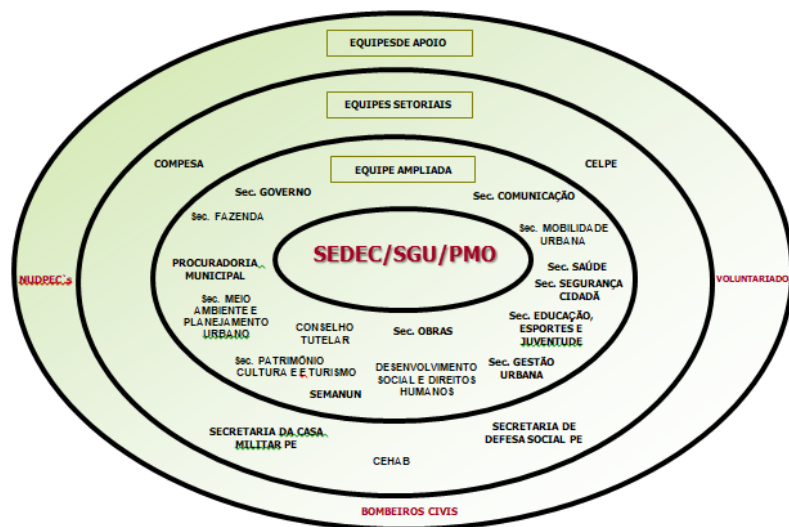
PLANO DE CONTINGÊNCIA:

DE RESPOSTA À DESASTRE E SITUAÇÕES EMERGENCIAIS - 2023/2024

(ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES)

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Sistema de Defesa Civil da Cidade de Olinda abrange um grande número de órgãos e setores da administração pública, demandando uma definição clara das atribuições de cada participante, para garantir a eficiência do trabalho integrado, evitando superposição de esforços e vazios de ação. O diagrama abaixo mostra os diferentes níveis de participação.



SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
(Esquema Ilustrativo)

Após a decisão formal de ativar o PLACON as seguintes ações serão desencadeadas:

Convocação do Gabinete de Crises:

O Gabinete de Crise é o local instalado, provisoriamente, para a gestão da crise e desenvolvimento das ações emergenciais nos municípios afetados por desastre. Nos casos de eventos extremos o Gabinete de Crises será instalado no

auditório do palácio dos Governadores de onde sairão as decisões estratégicas de resposta ao evento anormal.

Compõe o elenco do Gabinete de Crises todas as Secretárias envolvidas nas ações emergências de resposta ao desastre.

Em seu nível estratégico funcionará com comandamento integrado de onde sairão as decisões de governo para melhor atender as comunidades afetadas e repassadas aos demais órgãos instalados na sala de operações diante das precipitações pluviométricas ocorridas nos municípios de Olinda.

O Núcleo Estratégico de Gestão será composto pelos titulares das seguintes órgãos da administração municipal:

- Gabinete do Prefeito (Presidente)
- Gabinete do vice prefeito
- Secretaria de Governo
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria de Gestão Urbana
- Secretaria Executiva de Defesa Civil (Secretário)

Deverá ainda receber suporte da Secretaria de Comunicações que designará um porta voz que concentrará todas as informações e será responsável pelo relacionamento com a imprensa local a fim de evitar ruídos.

A sala de operações será ativada no auditório do Palácio dos despachos, sede do Governo Municipal, após avaliação inicial dos efeitos e danos provocados pelos desastres relacionados com o incremento das precipitações que levarem a Decretação de Alerta máximo.

De acordo com a evolução do problema, poderão ser convidados outros órgãos na esfera Estadual ou Federal para apoiar as ações de resposta e restabelecimento da normalidade nas áreas atingidas, a exemplo das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federa e SEDS.

Atribuições e responsabilidades:

As ações de resposta a desastres se inicia sempre pelo identificação de caracterização de situação anormal face os indicadores meteorológicos, evolução do

cenário de desastres, número de ocorrências solicitadas, entre outros indicadores, por deliberação pela Secretaria Executiva de Defesa Civil.

Uma vez detectado que progressivamente a situação vai evoluindo passando da condição de emergencial para desastre, o presente PLACON será acionado, onde para consecução de seus objetivos, os órgãos integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil devem passar a priorizar as ações de resposta desenvolvendo as tarefas nas áreas de sua competência, conforme descrito a seguir:

RESPOSTA	
COORDENAÇÃO: <i>NÚCLEO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE DESASTRES</i>	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	MISSÃO ESPECÍFICA
Prefeito Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar as ações de respostas a eventos extremos
Vice Prefeito	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão auxiliando nas decisões estratégicas.
SECRETARIA DE GOVERNO	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Articular com todas as secretarias municipais o fiel cumprimento das atribuições e responsabilidades contidas no Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal
Secretaria da Fazenda	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários para o cumprimento das ações contidas no Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal.
Secretaria de Gestão Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Remover as podas e demais entulhos ou massas escorregadas, para permitir livre acesso nas vias públicas; • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais;

	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar equipe operacional para intensificação de ações; • Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais. • Responder pela manutenção e limpeza (exceto material de limpeza) dos abrigos; • Intensificar as ações preventivas de desobstrução de drenagem (microdrenagem e macrodrenagem) e manutenção de escadarias; • Realizar as podas ou erradicação de árvores em situação de risco, segundo as prioridades apresentadas pela SEDEC; • Disponibilizar equipe técnica e operacional da Diretoria de Iluminação Pública durante o período de alerta e em situações emergenciais;
Secretaria de Obras	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais; • Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais. • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais;
Procuradoria Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o apoio jurídico necessário para as secretarias e profissionais envolvidos nas ações do Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal.
Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar rondas nas áreas de alto risco desocupadas temporariamente pela SEDEC/ Olinda, com o objetivo de evitar novas ocupações; • Realizar, em parceria, as demolições de edificações sob alto risco, indicadas pelos técnicos da SEDEC; • Realizar autuações em situações irregulares que aumentem ou criem risco; • Disponibilizar equipe de apoio e veículos para remoção das famílias em situação de risco e outras demandas emergenciais da SEDEC
Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar rondas nas áreas de alto risco do Sítio Histórico, desocupadas temporariamente pela SEDEC/ Olinda, com o objetivo de evitar novas ocupações;

	<ul style="list-style-type: none"> Realizar autuações, no Sítio Histórico, em situações irregulares que aumentem ou criem risco; Disponibilizar equipe de apoio e veículos conforme as necessidades demandadas pela SEDEC.
Secretaria de Mobilidade Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Interditar vias, por solicitação da Defesa Civil, na ocorrência de desastres e/ou para facilitar a mobilidade da equipe nos períodos de emergência; Contribuir na ação de isolamento e evacuação nas áreas de risco, no momento do desastre; Disponibilizar equipe de apoio e veículos de acordo com as demandas emergenciais da SEDEC.
Secretaria de Segurança Cidadã	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar agentes de segurança para dar apoio em todas as ações e atividades realizadas pela SEDEC nas possíveis áreas de risco, ajudando na evacuação e isolamento das áreas afetadas; Manter efetivo fixo nos abrigos temporários; Apoiar a qualquer situação de conflito que porventura venham a acontecer nos abrigos com rondas realizadas pelas equipes de patrulha e moto-patrulha.
Secretaria de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar boletins com sonora; Agendamento de entrevistas nas rádios Comerciais e Comunitárias; Agendamento de entrevistas com as emissoras de TV; Divulgação/criação de peças publicitárias de esclarecimento para a população.
Secretaria de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Propiciar e agilizar Assistência Médica, através do SAMU, às vítimas de acidentes decorrentes das chuvas; Disponibilizar vacinação para atender aos participantes da Operação Inverno; Vistoriar e monitorar as condições higiênico-sanitárias dos locais de abrigamento temporário, a fim de garantir a salubridade ambiental; Integrar Agentes Comunitários de Saúde - ACS para colaborar em sua área de atuação, nas ações de sensibilização e retirada de famílias em situação de risco, cadastradas pela SEDEC; Disponibilizar Veículos para aumentar o suporte às ações

	<p>da SEDEC;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as ações da Defesa Civil, na sensibilização das famílias para retirada imediata.
<p>Desenvolvimento Social e Direitos Humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar o conteúdo do Alerta, junto aos usuários dos equipamentos da Secretaria e junto à Rede de Assistência Social visando à prevenção de riscos e à solidariedade às famílias/pessoas vitimadas pelas chuvas; • Coordenar campanha de arrecadação de donativos; • Realizar o acolhimento/recepção das famílias nos abrigos; • Garantir o provimento e distribuição de alimentos, colchões, roupas e material de higiene pessoal; • Garantir o provimento e coordenação da distribuição de cestas básicas e roupas às famílias desalojadas; • Encaminhar para as casas de acolhida temporária às famílias em situação de vulnerabilidade social e risco, respeitando o perfil de cada uma das casas, bem como a disponibilidade de vagas; • Realizar reuniões com as famílias abrigadas para a discussão de normas básicas de convivência e de outras questões demandadas pelas mesmas; • Acompanhar as famílias abrigadas e o seu processo de reinserção social; • Plantão (noturno e diurno); • Articulação e criação de infraestrutura para implantação da brinquedoteca; • Disponibilizar donativos para às famílias afetados por desastres.
<p>Secretaria de Educação, Esportes e Juventude</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de acesso às Unidades Educacionais das localidades aos desabrigados; • Garantia de atividades pedagógicas no contra turno às crianças e jovens desabrigados; • Participar dos encontros, no período emergencial, promovidos pela SEDEC; • Receber e acompanhar as justificativas/declarações das crianças desabrigadas contempladas com o programa Bolsa Família; • Viabilizar os encontros de formação/sensibilização com gestores escolares e coordenadores pedagógicos.

<p>Conselho tutelar da criança e adolescente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as ações da SEDEC no convencimento das famílias a serem retiradas de moradias sob risco, quando envolver crianças e adolescentes; • Acionar o Ministério Público nos casos de resistência à saída da moradia, desde que constatado o risco de vida para as crianças e adolescentes
<p>Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC/SGU/PMO)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Secretariar o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Encaminhar informações ao Secretário de Gestão Urbana relatando os cenários de desastres quando implicar na mudança de Estágios de monitoramento das ações de Defesa Civil em toda extensão territorial de Olinda; • Encaminhar, se necessário, relatório circunstanciado ao prefeito, para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública; • Manter o prefeito permanentemente informado das ocorrências e previsões; • Prover suporte para o funcionamento das ações do sistema de Defesa Civil; • Articular as secretarias de governo para responder às emergências; • Reunir todas as informações sobre o cenário de desastres na cidade; • Encaminhar relatório ao Secretário de Desenvolvimento Social para subsidiar a decisão de autorizar a concessão do Auxílio Moradia; • Fornecer dados sobre ocorrências de acidentes e previsões de chuvas; • Manter as esferas Estadual e Federal do Sistema de Defesa Civil informadas sobre as ocorrências; • Manter alimentado o Sistema de informações S2ID/SEDEC/MDRem toda situação emergencial ou em caso de desastre; • Informar a Guarda Municipal para a proteção dos bens das famílias atingidas por acidentes ou removidas sob-

	<p>risco, quando em situação de abrigo e/ou sob atendimento da Prefeitura;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar, quando necessário, como equipe de apoio junto ao Corpo de Bombeiros nos sinistros ocorridos dentro do Município; • Articular os órgãos internos e externos da Prefeitura para atendimento às emergências de acordo com as competências. • Dar o suporte logístico de transporte, material, comunicação e equipe operacional para as ações de resposta às situações de emergência; • Gerenciar a utilização dos meios de transporte necessários ao atendimento das emergências, bem como definir áreas para manutenção dos recursos mobilizados até o momento da utilização dos mesmos.
<p>ÓRGÃOS SETORIAIS E DE APOIO (Ação Suplementar)</p>	
Secretaria Estadual de Defesa Social	Suplementar as ações de políticas públicas municipais relacionadas à garantia da ordem e à segurança pública através dos órgãos operativos, subsidiado pelo Decreto Estadual Nº 47.698, de 10 de Julho de 2019.
Secretaria da Casa Militar	Suplementar, através da Secretaria Executiva de defesa Civil do Estado as ações de prevenção, mitigação, resposta e reconstrução em apoio a Defesa Civil do município de Olinda.
COMPESA	Apoiar as ações da SEDEC, no que se refere ao controle, manutenção e suspensão de fornecimento de água, em casos de vazamento ou rupturas iminentes na rede de abastecimento, que possam causar ou acentuar deslizamentos e erosão nas encostas.
CELPE	Apoiar as ações da SEDEC, no que se refere ao controle, de manutenção e suspensão de fornecimento de energia elétrica, em casos de áreas vitimadas por acidentes, áreas com avaliação de acidente iminente e ainda nos casos de poda / erradicação de árvores de risco, impedida pela rede elétrica.
Bombeiros Civis	Auxiliar nas ações de resgate e socorro às pessoas afetadas atendendo orientações da SEDEC/SGU/PMO
Companhia Estadual de habitação - CEHAB	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar nas ações necessárias a garantia da mobilidade nas comunidades circunvizinhas do canal da Malária, obra do

	<p>Governo do Estado;</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar ações mitigadoras no canal da Malária evitando inundações ou agravamento de cenários nas comunidades circunvizinhas.• Realizar ações mitigadoras no canal do Fragoso evitando inundações ou agravamento de cenários nas comunidades circunvizinhas.
Voluntários	Apoiar as ações desencadeadas dentro da demanda estabelecida e coordenada pela SEDEC/SGU/PMO